

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS**

MARIANA DE OLIVEIRA DIEFENTHAELER

**A AUXILIARIDADE VERBAL E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA
ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

São Leopoldo

2019

MARIANA DE OLIVEIRA DIEFENTHAELER

**A AUXILIARIDADE VERBAL E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA
ABORDAGEM ENUCIATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Letras Português, pelo Curso de Letras da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientadora: Prof^a. Dra. Vera Helena Dentee de Mello

São Leopoldo

2019

À minha família, em especial aos meus pais, por terem me dado a vida e pelo esforço que fizeram para me criar e educar. Ao meu esposo Diego, que esteve ao meu lado nos momentos difíceis, incentivando-me a continuar. À minha orientadora, Prof^a. Dra. Vera Helena Dentee de Mello, pela paciência e dedicação que teve comigo.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que eu chegasse até aqui. Algumas de maneira mais efetiva, por meio de ações, e outras a partir do seu exemplo, das suas histórias de vida, travando batalhas individuais, inspirando-me e motivando-me apenas por serem quem são. Todos os que, de alguma forma, cruzaram meu caminho nesses 31 anos de vida, têm a minha gratidão, mas, de maneira especial, gostaria de agradecer a algumas pessoas:

À minha mãe, Bernadete, por tudo que fez por mim desde sempre. Sou grata por seu amor e dedicação ao educar a mim e as minhas irmãs. Ao meu pai, Ernani, por todos os ensinamentos que fizeram de mim uma mulher forte e por sempre acreditar que a educação era o caminho.

Ao meu marido, meu melhor amigo, meu parceiro há dezesseis anos, Diego, que foi fundamental durante esta fase da minha vida, com seu apoio, seu amor e sua paciência. E também aos meus sogros, Augusto e Clarení, que sempre me trataram com imenso carinho, fazendo com que eu sentisse que tinha na figura deles um segundo pai e uma segunda mãe.

À minha madrinha, Helissara, que foi a primeira pessoa no meu convívio familiar a conquistar um diploma na universidade. Obrigada por ser exemplo e inspiração para mim.

À minha irmã Aline, por sua bondade, a qual, nesses cinco anos de graduação, fez da sua casa um lugar de acolhida, onde eu sabia que sempre tinha um prato de comida me esperando quando eu precisasse.

À minha irmã Camila, por sua generosidade, aceitando ser minha fiadora durante boa parte do Curso e sempre demonstrando disposição para ir comigo ao banco todo semestre para fazer a renovação do FIES.

Agradeço também à gestão do governo popular, por proporcionar, através de programas sociais como PROUNI e FIES, o ingresso de milhares de jovens, como eu, na universidade.

Agradeço a todos os professores que, desde a educação básica, fizeram parte da minha formação. Aos professores do Curso de Letras da Unisinos, especialmente, à minha orientadora, Prof^a Dra. Vera Helena Dentee de Mello, por sua incansável disposição em me ensinar sempre com muito amor e paciência. Professora, saibas que tenho profundo carinho e admiração por ti.

Agradeço, ainda, pelas oportunidades que a Unisinos me proporcionou. A graduação foi a experiência que mais me transformou até aqui. Para além da formação profissional, posso dizer que esta casa me formou como ser humano.

“Se nós colocamos que, à falta de linguagem, não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.”

ÉMILE BENVENISTE

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é a análise da relação entre a sintagmatização empreendida pelo locutor quando faz uso de perífrases verbais e a semantização decorrente desse arranjo sintagmático. A fim de amparar essa análise, recorre-se à Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, segundo a qual forma e sentido são noções intimamente vinculadas em todo ato enunciativo. A análise fundamenta-se também nas contribuições dos linguistas Maria Helena de Moura Neves (2000 e 2018), Castilho (2010) e Vilela e Koch (2001) quanto aos papéis dos verbos auxiliares. Assume-se o quadro teórico-metodológico da Enunciação proposto por Benveniste, no artigo “O aparelho formal da enunciação” (1989): são analisados, sucessivamente, o ato enunciativo, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, e o objeto de estudo são dois artigos de opinião publicados nos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo. A análise empreendida mostra que, na sintagmatização verbo auxiliar + verbo principal e na sintagmatização textual, o verbo auxiliar não funciona meramente como marcador gramatical – de número-pessoa, tempo-modo e aspecto –, mas assume um papel relevante na produção de sentidos e na construção da referência.

Palavras-chave: Locuções verbais. Verbo auxiliar. Sintagmatização. Semantização. Teoria da Enunciação de Benveniste.

LISTA DE SIGLAS

ABNT PGLG	Problemas Associação Gerais de Linguística Geral I Brasileira de
I	Normas Técnicas
PGLG	Problemas de Linguística Geral II Problemas Gerais de Linguística
IINBR	Normas Brasileiras de Regulação

~~As bordas da tabela devem ser removidas.~~

~~Elemento opcional.~~

~~Deve conter as siglas (em ordem alfabética) seguidas das palavras ou das expressões escritas por extenso.~~

Para remover as bordas: selecione a lista de siglas e clicar no item abaixo:



~~Para colocar as siglas em ordem alfabética clicar em:~~



~~E clicar em ok na próxima aba que abrir.~~

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	129
2 A AUXILIARIDADE VERBAL SOB O OLHAR DE ALGUNS GRAMÁTICOS TRADICIONAIS	1613
3 AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS LINGUISTAS AO ESTUDO DAS PERÍFRASES VERBAIS	2017
3.1 Modalização	2118
3.2 Aspecto	2320
3.3 Tempo	2522
4 ALGUMAS NOÇÕES PERTINENTES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	2825
4.1 (Inter)subjetividade	2825
4.2 Forma e sentido	2926
4.3 Sintagmatização	3128
4.4 Referência	3229
4.5 Aparelho formal da enunciação	3330
4.6 A estrutura das relações de auxiliaridade	3431
5 BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA DO PAPEL SEMÂNTICO DA AUXILIARIDADE VERBAL	3835
5.1 Procedimentos metodológicos	3835
5.2 Análise enunciativa do texto <i>Resultados do Enem mostram que classe social influencia na educação dos jovens</i>	3835
5.2.1 O ato enunciativo	3936
5.2.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo	4037
5.2.3 Instrumentos linguísticos – as perífrases verbais	4239
5.3 Análise enunciativa do texto <i>Violência doméstica, feminicídio e saúde pública</i>	4643
5.3.1 O ato enunciativo	4744
5.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo	4845
5.3.3 Instrumentos linguísticos – as perífrases verbais	4946
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	5552
7 REFERÊNCIAS	5855
1 INTRODUÇÃO	9

<u>2 A AUXILIARIDADE VERBAL SOB O OLHAR DE ALGUNS GRAMÁTICOS TRADICIONAIS</u>	13
<u>3 AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS LINGUISTAS AO ESTUDO DAS PERÍFRASES VERBAIS</u>	17
<u>3.1 Modalização</u>	18
<u>3.2 Aspecto</u>	20
<u>3.3 Tempo</u>	22
<u>4 ALGUMAS NOÇÕES PERTINENTES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE</u>	25
<u>4.1 (Inter)subjetividade</u>	25
<u>4.2 Forma e sentido</u>	26
<u>4.3 Sintagmatização</u>	28
<u>4.4 Referência</u>	29
<u>4.5 Aparelho formal da enunciação</u>	30
<u>4.6 A estrutura das relações de auxiliaridade</u>	31
<u>5 BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA DO PAPEL SEMÂNTICO DA AUXILIARIDADE VERBAL</u>	35
<u>5.1 Procedimentos metodológicos</u>	35
<u>5.2 Análise enunciativa do texto <i>Resultados do Enem mostram que classe social influencia na educação dos jovens</i></u>	35
<u>5.2.1 O ato enunciativo</u>	36
<u>5.2.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo</u>	37
<u>5.2.3 Instrumentos linguísticos — as perífrases verbais</u>	39
<u>5.3 Análise enunciativa do texto <i>Violência doméstica, feminicídio e saúde pública</i></u>	43
<u>5.3.1 O ato enunciativo</u>	44
<u>5.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo</u>	45
<u>5.3.3 Instrumentos linguísticos — as perífrases verbais</u>	46
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	52
<u>7 REFERÊNCIAS</u>	55
<u>1 INTRODUÇÃO</u>	9
<u>2 A AUXILIARIDADE VERBAL SOB O OLHAR DE ALGUNS GRAMÁTICOS TRADICIONAIS</u>	13

<u>3 AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS LINGUISTAS AO ESTUDO DAS PERÍFRASES VERBAIS</u>	17
<u>3.1 Modalização</u>	18
<u>3.2 Aspecto</u>	20
<u>3.3 Tempo</u>	22
<u>4 ALGUMAS NOÇÕES PERTINENTES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE</u>	25
<u>4.1 (Inter)subjetividade</u>	25
<u>4.2 Forma e sentido</u>	26
<u>4.3 Sintagmatização</u>	28
<u>4.4 Referência</u>	29
<u>4.5 Aparelho formal da enunciação</u>	
<u>4.6 A estrutura das relações de auxiliaridade</u>	31
<u>5. BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA DO PAPEL SEMÂNTICO DA AUXILIARIDADE VERBAL</u>	35
<u>5.1 Procedimentos metodológicos</u>	35
<u>5.2 Análise enunciativa do texto <i>Resultados do Enem mostram que classe social influencia na educação dos jovens</i></u>	35
<u>5.2.1 O ato enunciativo</u>	36
<u>5.2.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo</u>	37
<u>5.2.3 Instrumentos linguísticos — as perífrases verbais</u>	39
<u>5.3 Análise enunciativa do texto <i>Violência doméstica, feminicídio e saúde pública</i></u>	43
<u>5.3.1 O ato enunciativo</u>	44
<u>5.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo</u>	45
<u>5.3.3 Instrumentos linguísticos — as perífrases verbais</u>	47
<u>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	51
<u>REFERÊNCIAS</u>	

1 INTRODUÇÃO

A linguagem é uma capacidade inerente ao ser humano, a qual está ligada ao desenvolvimento do homem em sua relação com o mundo. O homem constitui-se como sujeito ao enunciar-se e, ao fazer uso da língua, manifesta sua visão de mundo e, sobretudo, seu lugar nele. Benveniste afirma que “a linguagem serve para viver” (BENVENISTE, 1989, p.222) e vai além: segundo ele, “à falta de linguagem, não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade” (BENVENISTE, 1989, p. 222).

Partindo desse pressuposto, vemos quão importante é o desenvolvimento da competência comunicativa do falante (na leitura e na escrita), a fim de que possa interagir, por meio da linguagem, e de forma eficiente, em diferentes contextos. Contudo, apesar de ser repisada a ideia de que o objetivo principal das aulas de Língua Portuguesa, na escola básica, deveria ser o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, alguns professores de língua materna ainda limitam sua prática pedagógica à memorização mecânica de regras, não contemplando a relação entre forma e sentido.

Visto que alguns professores usam, como suporte teórico, somente a gramática normativa (cujo objeto de análise não ultrapassa a fronteira do período composto), a análise linguística, no domínio semântico, acaba não se concretizando. Em se tratando do estudo de verbos, o foco, frequentemente, é a conjugação de tempos simples, observando-se somente o uso adequado das flexões verbais em frases isoladas, na variedade linguística formal. Assim, não se contempla a diversidade de sentidos que são gerados pelo uso de formas linguísticas, e os verbos auxiliares, presentes em perífrases verbais¹, são relegados a segundo plano ou ignorados.

Dessa forma, embora as contribuições da gramática normativa não devam jamais ser ignoradas, pensamos que essa perspectiva, por si só, não ampara, suficientemente, a análise do papel das perífrases verbais, em que o verbo auxiliar, em sua cumplicidade com o verbo principal, produz matizes semânticas que este, isoladamente, não promoveria. Defendemos a ideia de que, para analisar a

¹Neste trabalho, empregaremos a nomenclatura *perífrases verbais*, *locuções verbais* e *expressões verbais* indistintamente,

semantização advinda da sintagmatização nas perífrases verbais, o estudo precisa ir além dos limites da frase complexa, focalizando o texto.

Diante disso, nosso objetivo é desenvolver, neste trabalho, uma análise das perífrases verbais à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. As locuções verbais são constituídas por um verbo auxiliar, em suas diversas formas, ligado ao verbo principal, expresso numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio). Visamos a analisar a relação entre o uso dessa forma linguística sintagmatizada e o sentido que advém desse uso, considerando a intersubjetividade em cada instância enunciativa no *corpus* analisado.

Como principal referencial teórico, valemo-nos de algumas noções pertinentes da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste: (inter)subjetividade, forma e sentido, sintagmatização e referência. Segundo Benveniste, o uso da língua é sempre intersubjetivo, pois, toda vez que o homem coloca a língua em funcionamento, dizendo-se “eu” (locutor), ele se institui como sujeito e instaura diante de si um alocutário. Não há como falar em enunciação sem falar em intersubjetividade.

Forma e sentido são, consoante o autor, noções intimamente relacionadas, isto é, no domínio do discurso, o emprego das formas linguísticas, em associação umas com as outras, promove sentidos. – Desse modo, uma análise da linguagem sob a perspectiva enunciativa não pode jamais divorciar essas duas noções, as quais convivem em toda a extensão da língua.

Benveniste também chama atenção para o fato de que os signos linguísticos possuem um significado potencial ou genérico que se atualiza na língua em uso. Segundo ele, alguns signos (no domínio semiótico), quando se convertem em palavras e convivem com outras palavras – sintagmatização –, no domínio semântico, assumem um sentido, muitas vezes, bem diferente do significado que têm enquanto signos. Isso se verifica, frequentemente, na sintagmatização empreendida nas perífrases verbais, nas quais o verbo auxiliar assume um papel semântico diverso daquele que possui como palavra isolada. A fim de apreender-se esse sentido (frise-se: nunca será apreendido completamente), o texto e a situação em que se realiza são relevantes.

Outro conceito explicitado neste trabalho, devido a sua relevância, é a referência, noção que, de acordo com Benveniste, não reflete diretamente o mundo ontológico, mas integra a enunciação, pois implica o locutor e o alocutário. A

referência é criada pelo locutor no momento da enunciação, o qual “filtra” o mundo ao dirigir-se ao alocutário, buscando levá-lo a partilhar a mesma referência.

A pergunta que norteia esta pesquisa é a seguinte: Que sentidos são promovidos na sintagmatização empreendida pelo locutor ao fazer uso de perífrases verbais? A fim de respondermos a essa questão, analisamos dois artigos de opinião, observando o arranjo sintagmático realizado pelo locutor quando emprega perífrases verbais e a semantização proveniente dessa sintagmatização.

O trabalho é estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste na introdução.

No segundo capítulo, abordamos a forma como gramáticas consideradas tradicionais apresentam o verbo auxiliar, a fim de observar se contemplam o sentido que advém do uso de tais verbos associados aos verbos principais. Para tanto, revisitamos as obras de Domingos Paschoal Cegalla (2008), Celso Ferreira da Cunha e Luís F. Lindley Cintra (2008) e Evanildo Bechara (2009⁴).

No terceiro capítulo, apresentamos algumas contribuições ao estudo das perífrases verbais trazidas pelos linguistas Maria Helena de Moura Neves (2000 e 2018), Mario Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001) e Ataliba Teixeira de Castilho (2010), cujas reflexões também são consideradas na análise desenvolvida no capítulo cinco.

No capítulo quatro, explicitamos alguns postulados da Teoria da Enunciação benvenistiana que julgamos relevantes para amparar a análise semântica dos verbos auxiliares a que procedemos neste trabalho. Como nosso foco é a semantização advinda da sintagmatização existente nas locuções verbais, consideramos que essa teoria – que é semântica – tem consistência para respaldar a análise.

No quinto capítulo, esclarecemos, inicialmente, os procedimentos metodológicos adotados na realização deste trabalho. Em seguida, desenvolvemos, à luz da Teoria da Enunciação de Benveniste e da classificação semântica propostas pelos linguistas referidos, uma breve análise dos sentidos que o locutor promove mediante o uso de perífrases verbais em sua enunciação.

No último capítulo, tecemos algumas considerações finais, com base na análise e nos fundamentos teóricos apresentados.

Esperamos que o presente trabalho oportunize uma reflexão dos leitores acerca da necessidade de contemplar, na atividade de análise linguística, a estreita

relação existente entre a forma e o sentido. O papel dos verbos auxiliares, na sintagmatização que o locutor opera quando mobiliza uma perífrase verbal, é apenas um tópico que ilustra a importância do arranjo sintático na produção de sentidos.

2 A AUXILIARIDADE VERBAL SOB O OLHAR DE ALGUNS GRAMÁTICOS TRADICIONAIS

Neste capítulo, faremos uma breve análise de três gramáticas tidas como “tradicionais”. O objetivo dessa análise é compreender em que medida os autores consultados contemplam a relação entre a forma e o sentido quando tratam dos verbos auxiliares em suas obras. As gramáticas consultadas são: *Novíssima gramática da língua portuguesa* (2008), de Domingos Paschoal Cegalla; *Nova gramática do português contemporâneo* (2008), de Celso Ferreira da Cunha e Luís F. Lindley Cintra; e *Moderna gramática portuguesa* (2009⁴), de Evanildo Bechara.

A noção de verbo auxiliar contida em Cegalla é a de que “os verbos auxiliares são os que se juntam a uma forma nominal de outro verbo para constituir a voz passiva, os tempos compostos e as locuções verbais.” (p. 196). O autor trata dos verbos auxiliares de forma sucinta: apenas cita como principais verbos auxiliares os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, apresentando alguns exemplos de frases que contêm tais verbos auxiliares. Em nenhum momento, esse gramático menciona o valor semântico que os verbos auxiliares acrescentam às perífrases verbais.

No subcapítulo “*Formação dos tempos compostos* (2008)”, Cegalla faz distinção entre tempos compostos da voz ativa, citando os verbos auxiliares *ter* e *haver*, e tempos compostos da voz passiva, em que apresenta exemplos com os verbos auxiliares *ter* (ou *haver*) e *ser*. Segundo ele, as locuções verbais representam outro tipo de conjugação composta ou “conjugação perifrástica” (p. 200), as quais são formadas por um verbo auxiliar seguido de um verbo no infinitivo ou no gerúndio. Constatase que a abordagem de Cegalla dá espaço somente à classificação e à metalinguagem, não se verificando preocupação com o sentido.

Em Cunha e Cintra, os verbos auxiliares ganham maior destaque do que em Cegalla, pois mencionam alguns valores semânticos promovidos pelo uso desses verbos, principalmente quanto a matizes de tempo e de aspecto. No subcapítulo destinado aos verbos auxiliares, os autores conceituam as locuções verbais como “conjuntos formados de um verbo auxiliar com um verbo principal” (p. 408). Ainda explicam que, “nas locuções verbais, conjuga-se apenas o auxiliar, pois o verbo principal vem sempre numa das formas nominais: participio, gerúndio ou infinitivo impessoal” (p. 408). Em nota de rodapé, observam que não são uniformes os critérios linguísticos seguidos pelos diversos gramáticos para a determinação dos

limites da auxiliaridade verbal, de modo que a lista de verbos auxiliares pode ser restrita ou mais ampla, dependendo dos critérios seguidos pelo gramático.

Os autores evidenciam o uso dos verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como os auxiliares mais utilizados, assim como Cegalla, mas citam e exemplificam também o uso dos verbos *ir*, *vir*, *andar*, *ficar* e *acabar*, ligados ao infinitivo ou ao gerúndio do verbo principal, como auxiliares que expressam matizes de tempo ou aspectos referentes ao desenvolvimento da ação (progressão, futuridade, desenvolvimento gradual, resultado final, duração ou continuidade, não finalização, conclusão recente). Observam, ainda, que, entre o verbo auxiliar e o principal, é usada, às vezes, uma preposição (*ter de fazer*, *haver de vencer*, *vir a saber*, *estar por terminar*, *ficar por terminar*, *acabar de chegar*). A abordagem de Cunha e Cintra não se restringe, portanto, somente à forma, mas contempla, embora brevemente, o papel semântico de alguns verbos auxiliares que indicam tempo e aspecto.

Bechara define locução verbal como “a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal”. (BECHARA, 2004⁹, p. 230). Essa definição é semelhante à de Cunha e Cintra; no entanto, o elenco de verbos auxiliares apresentado por Bechara é bem mais amplo, e são enumerados, em sua gramática, uma maior diversidade de valores semânticos desses verbos.

O autor explica que os tempos compostos, formados pela combinação dos verbos *ter*, *haver* e *ser* (mais raramente) com o particípio do verbo principal, ao lado dos tempos simples, constituem o quadro completo da conjugação da voz ativa. Os tempos verbais compostos, no modo indicativo, são: pretérito perfeito (*tenho trabalhado*), pretérito mais-que-perfeito (*tinha/havia chegado*), futuro do presente (*terei chegado*), futuro do pretérito (*teria falado*). No subjuntivo, há três tempos compostos: pretérito perfeito (*tenha viajado*), pretérito mais-que-perfeito (*tivesse/houvesse falado*) e futuro (*tiver terminado*).

Acrescenta que a voz passiva (de ação, de estado e de mudança de estado) é formada pelos verbos auxiliares *ser*, *estar* e *ficar* combinados com o particípio do verbo principal. Exemplos: *Essa escola foi construída em 1985 / O prédio está (ficou) cercado de policiais.*²

²Exemplos elaborados pela autora do TCC.

Bechara classifica como acurativos os verbos auxiliares que se juntam ao verbo principal para indicar, com maior precisão, os aspectos do momento da ação verbal, os quais não são bem definidos na divisão geral de tempo presente, passado e futuro. Conforme o gramático, os acurativos dividem-se em: início de ação (*começar a trabalhar, pôr-se a falar*), iminência de ação (*estar para ligar*), continuidade da ação (*continuar a falar, continuar falando*), desenvolvimento gradual da ação, duração (*estar cantando, andar saindo, ir/vir pesquisando*), repetição de ação (*tornar a ligar, voltar a ligar, costumar gritar*) e término de ação (*acabar de ler, cessar de falar, deixar de fumar, parar de beber*).

O autor também menciona, no mesmo capítulo, os auxiliares modais, que, segundo ele, se combinam com o infinitivo ou o gerúndio do verbo principal para expressar, com maior exatidão, o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal. Ele aponta oito modalidades: necessidade, obrigação ou dever (*ter de corrigir, haver de falar, dever falar, precisar responder*), vontade ou desejo (*querer limpar, desejar sair, odiar mentir*), possibilidade ou capacidade (*poder argumentar*), tentativa ou esforço (*tentar concluir, buscar fazer, pretender voltar, ousar responder, atrever-se a entrar*), consecução (*conseguir vencer*), aparência ou dúvida (*parecer evitar*), movimento para realizar um intento futuro (*ir fazer*) e resultado (*chegar a realizar, vir a festejar*).

No final da seção que trata dos verbos auxiliares, Bechara apresenta uma nota, em que cita diretamente José Oiticica³:

Nem sempre a aproximação de dois ou mais verbos constitui uma locução verbal; a intenção da pessoa que fala ou escreve é que determinará a existência ou inexistência da locução. “Por exemplo, na frase “queríamos colher rosas”, os verbos queríamos colher constituirão expressão verbal se pretendo dizer que queríamos colher rosas e não outra flor, sendo rosas o objeto da declaração. Se, porém, pretendo dizer que o que nós queríamos era colher rosas e não fazer outra coisa, o objeto da declaração é colher rosas e a declaração principal se contém incompletamente em queríamos. (BECHARA, 2009, p. 233).

Consideramos que Bechara, ao valer-se das palavras do gramático José Oiticica – “intenção da pessoa que fala ou escreve” –, faz um aceno à enunciação, ao papel do locutor na produção de sentidos, ainda que sua gramática (normativa e descritiva) não possua uma perspectiva enunciativa. Diante da diversidade de critérios usados por diferentes gramáticos para considerarem ou não locução verbal

³Oiticica, José. *Manual de análise léxica e sintática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

a convivência de um verbo com outro, Bechara, baseando-se em Oiticica (1942), considera o sentido que o locutor deseja promover como critério para determinar se um verbo é auxiliar de outro ou se os verbos adjacentes pertencem a orações diferentes.

Dentre as gramáticas tradicionais que foram analisadas neste capítulo, podemos afirmar que a de Bechara é a que mais se ocupa do sentido dos verbos auxiliares, ao mencionar, além dos tempos compostos e da voz passiva, os verbos acurativos e os verbos modais. Cunha e Cintra também fazem menção a alguns auxiliares que exprimem nuances de tempo ou de aspecto, focalizando, embora sucintamente, determinados sentidos engendrados pelas perífrases verbais. Já, na abordagem de Cegalla, não se observa, em nenhum momento do estudo dos verbos auxiliares, alguma preocupação com o sentido que advém do uso desses recursos linguísticos. Este gramático, no tópico estudado, detém-se somente na forma.

Esta breve pesquisa bibliográfica demonstra que, embora haja gramáticos que privilegiam a forma em detrimento do sentido, como pudemos constatar em Cegalla, não se pode afirmar – a partir da abordagem dos verbos auxiliares na gramática de Bechara, principalmente – que não há lugar para o sentido na gramática tradicional.

No próximo capítulo, explicitamos as contribuições de alguns linguistas ao estudo das perífrases verbais. O objetivo é o mesmo do primeiro capítulo: analisar em que medida tais estudiosos mencionam o sentido que advém do uso de expressões verbais.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS LINGUISTAS AO ESTUDO DAS PERÍFRASES VERBAIS

Este capítulo explicita as contribuições de alguns linguistas ao estudo da auxiliaridade verbal. Aqui também buscamos analisar que valores semânticos são associados aos verbos auxiliares por esses estudiosos. Consultamos as seguintes obras: *Gramática de usos do português* (2000), *A gramática do português revelada em textos* (2018), de Maria Helena de Moura Neves; *Gramática da língua portuguesa* (2001), de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch; e *Nova gramática do português brasileiro* (2010), de Ataliba Teixeira de Castilho.

Maria Helena de Moura Neves, na *Gramática de usos do português* (2000), aborda os verbos auxiliares no subcapítulo “Os **verbos** que não constituem **predicados**” ([MOURA NEVES, 2000, p. 61](#), grifo da autora). Segundo ela, são operadores gramaticais, e não predicados, os verbos que indicam modalidade, aspecto, tempo e voz.

Em *A Gramática do português revelada em textos* (2018), Moura Neves também insere os verbos auxiliares nos “verbos que não são predicados” ([MOURA NEVES, 2000, p. 164](#)), definidos pela autora como verbos que não constituem o núcleo do predicado, mas acompanham esse núcleo. Nesse grupo, Neves enquadra os verbos que expressam modalização e os que auxiliam a indicação de tempo, aspecto e voz.

Na *Gramática da língua portuguesa* (2001), Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch assim definem o verbo auxiliar:

O **verbo auxiliar** é o verbo em que o peso gramatical é preponderante, ou porque o verbo se deslexicalizou e reforçou o seu peso gramatical (gramaticalizando-se) e necessita de um verbo pleno para poder funcionar como predicado ou porque o núcleo do predicativo é constituído por um nome. (p. 72).

A definição de verbo auxiliar proposta por Vilela e Koch põe em relevo a função gramatical ou formal do verbo auxiliar. Quando os autores afirmam que o verbo auxiliar deslexicalizou-se, consideram que perdeu seu significado original ou potencial como item lexical e é ativado para acrescentar ao verbo principal informações gramaticais de pessoa, número, tempo, modo e aspecto. A noção de deslexicalização pode ser relacionada ao postulado de Benveniste de que, na

sintagmatização empreendida pelo locutor, as palavras retêm apenas parte do significado potencial que expressam como signos.

Em *Nova gramática do português brasileiro* (CASTILHO, 2010, p. 397), Ataliba Teixeira de Castilho define o verbo auxiliar como aquele que, ao lado de um verbo principal (pleno) na forma nominal – infinitivo, gerúndio ou particípio – funciona como indicador de aspecto, tempo, voz e modo.

Castilho tece reflexões importantes para o estudo categorial dos verbos auxiliares em sua obra. No subcapítulo *O problema da auxiliaridade*, ele apresenta quatro testes para identificação dos verbos auxiliares:

1) –sujeito da expressão – o verbo pleno e o auxiliar devem ter o mesmo sujeito;

2) escopo da negação – a negação deve referir-se aos dois verbos;

3) inserção de expressões entre os verbos pleno e auxiliar – numa perífrase verbal, é possível inserir, entre o verbo auxiliar e o verbo principal, outro termo da oração, como, por exemplo, um adjunto adverbial. Exemplo: *Eles devem, obrigatoriamente, cumprir o prazo estipulado.*

4) alterações semânticas do verbo auxiliar – o verbo auxiliar pode perder completamente seu significado original como verbo pleno. Ao argumentar sobre a composicionalidade semântica entre um verbo auxiliar e o verbo principal, Castilho cita Benveniste, que menciona a possibilidade de perda total do significado genérico do verbo quando assume a função de auxiliar.

-Castilho cita o seguinte exemplo: *Pôs-se a falar mal de mim.* (CASTILHO, 2010, p. 446). Aqui a composicionalidade do verbo auxiliar com o verbo pleno cria um sentido completamente diferente do significado que o verbo auxiliar teria se tomado isoladamente.

3.1 Modalização

Ao classificar os verbos modalizadores, Maria Helena de Moura Neves (2000) divide-os em quatro modalidades:

- - necessidade epistêmica (*dever*). Exemplo: *Entendo que uma escola moderna **DEVE** ser eminentemente educativa, onde a fraternidade **DEVE** ser o meio e o amor **DEVE** ser o fim.*

- - possibilidade epistêmica (*poder, dever, parecer*). Exemplo: *Quando reina a ignorância, qualquer pequeno fato **PODE** se transformar em uma catástrofe.*
- - necessidade deôntica (negação + *poder, dever, ter de, precisar*). Exemplo: *E era ajuste que **NÃO PODIA** demorar muito.*
- - possibilidade deôntica ou permissão (*poder*). Exemplo: *É Bento? **PODE** entrar, menino.* (MOURA NEVES, 2000, p. 62, grifo da autora).

Vilela e Koch caracterizam os auxiliares de “modo” ([VILELA, KOCH, 2001](#), p. 72, grifo dos autores) como os que modificam a relação entre o sujeito frásico e o processo verbal, exprimindo valores como “necessidade” (*ter de/que, dever*), “capacidade” ou “possibilidade” (*poder*), “desejo” (*querer*). Apresentam uma classificação, segundo eles, muito geral para o verbo *poder* quando exprime um “valor radical” ao indicar (a) permissão; (b) capacidade; (c) possibilidade lógica; ou quando transporta um valor contextual ao indicar: (a) eventualidade; (b) esporadicidade.

Para o verbo *dever*, os autores apresentam “dois valores bem diferenciados” ([VILELA, KOCH, 2001](#), p. 73):

- com semantismo pleno, exprime obrigação (valor deôntico). Exemplo: *Os motoristas devem respeitar os sinais de trânsito.*⁴
- como auxiliar, é desprovido de semantismo próprio e desempenha o papel de modalizar o enunciado em que ocorre com os valores de “probabilidade”, “incerteza” relativamente ao futuro (valor epistêmico). Exemplo: *Deve chover amanhã.*⁵

A afirmação de Vilela e Koch de que o verbo auxiliar “é desprovido de semantismo próprio” dialoga com um dos postulados da Teoria da Enunciação de Benveniste, segundo o qual as palavras, quando em convivência com outras palavras no discurso, podem assumir valores semânticos completamente diferentes de seu significado potencial enquanto signos. Isso se verifica quando o locutor emprega verbos auxiliares, cujo sentido se particulariza em sua relação com o verbo principal, no discurso em que ocorrem.

Castilho não destina um espaço significativo à modalização em sua obra. O autor denomina os verbos modalizadores de “especificadores de modo” ([CASTILHO,](#)

⁴Exemplo criado pela autora do TCC.

⁵Exemplo criado pela autora do TCC.

2010, p. 451), citando os verbos *dever*, *querer* e *poder* (e equivalentes) + o infinitivo.

Tais verbos são classificados em três grupos:

- certeza: **Saber falar em público.**
- incerteza: **Poder/propor-se a/ dispor-se a/ tentar falar em público.**
- volição, opção, obrigação, ordem, conação: **Querer/ pretender/ precisar/desejar/dever/haver de/ter de, que/poder/buscar/esforçar-se por falar em público.** (CASTILHO, 2010, p. 451, grifos do autor).

3.2 Aspecto

Moura Neves (2000) afirma que os verbos aspectuais constituem perífrases ou locuções que indicam:

- início do evento (aspecto inceptivo) – *passar a, pôr-se a, desandar a, começar a;*
- desenvolvimento do evento (aspecto cursivo) – *estar, vir, continuar a, ficar a, andar, viver a, viver, ir + gerúndio;*
- término de evento (aspecto cessativo ou terminativo) – *parar de, acabar de, deixar de, cessar de, bastar de, terminar de/por;*
- resultado de evento (aspecto resultativo) – *estar* ou *ficar + participípio;*
- repetição de evento com ideia de frequência (aspecto iterativo ou frequentativo) – *ter* no presente do indicativo + participípio, *costumar + infinitivo, voltar a, tornar a, cansar de, vir a + infinitivo;*
- consecução – *chegar a + infinitivo;*
- intensificação – *cansar de + infinitivo;*
- aquisição de estado – *vir a + infinitivo.*

Em *A gramática do português revelada em textos* (2018), Neves define os verbos auxiliares de aspecto como aqueles que se constroem com outros verbos, indicando aspecto relacionado à ação, ao processo ou ao estado. Nesta gramática, a autora apresenta a mesma classificação dos verbos aspectuais que consta na *Gramática de usos do português* (2000), à exceção do valor semântico de intensificação.

Ataliba Teixeira de Castilho, em *Nova gramática do português brasileiro* (2010), no subcapítulo *Categorias semânticas do verbo*, define o aspecto verbal como uma propriedade da predicação que consiste em representar o grau de

desenvolvimento das coisas. É interessante destacar a consideração que Castilho acrescenta em relação ao aspecto: “O aspecto não dispõe de morfologia própria. Para codificar os significados aspectuais, o usuário combina diversos ingredientes linguísticos”. (CASTILHO, 2010, p. 417). Ao afirmar que “o usuário combina diversos ingredientes linguísticos”, o autor põe em relevo o papel do locutor no arranjo sintagmático do qual advém a produção de sentidos.

No subcapítulo que trata especificamente dos verbos auxiliares, Castilho apresenta os especificadores de aspecto, dividindo-os em: perífrases de participio, perífrases de infinitivo e perífrases de gerúndio.

Segundo ele, as perífrases de participio constituem aspecto resultativo. São formadas pelos verbos auxiliares *estar, ter, ficar, continuar, andar* + o verbo principal no participio. Exemplo: **Está acabado**, coitado! (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor).

As perífrases de infinitivo constituem:

- aspecto imperfectivo inceptivo, que expressa uma duração de momentos iniciais e é formado pelos verbos auxiliares *principiar a/ começar a/ passar a/ pôr-se a/ desatar a/ dar a, para, em/ cair a/ deitar a/ romper a/ entrar a/ pegar a/ despejar a/ desandar a* + o infinitivo do verbo principal. Exemplo: **Desandar a falar** da vida. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor);

- imperfectivo cursivo é formado pelos verbos auxiliares *ficar a/deixar a/ continuar a/ passar a* + o infinitivo do verbo principal. O aspecto imperfectivo cursivo apresenta o estado de coisas em seu curso sem referir-se ao momento inicial ou final. Exemplo: **Continuar a falar** da vida. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor);

- imperfectivo terminativo expressa uma duração de momentos finais da ação. É formado pelos auxiliares *acabar por/ terminar por/ cessar de/ deixar de/ vir* + o infinitivo. Exemplo: **Terminar por falar** a verdade. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor).

- iterativo expressa repetição. É formado pelos auxiliares *habituar-se a/ acostumar a/ andar a/ viver a* + infinitivo. Exemplo: **Viver a falar** mal da vizinhança. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor).

Por fim, Castilho cita as perífrases de gerúndio que se classificam em:

- imperfectivo inceptivo: *principiar/começar* + gerúndio. Exemplo: **Começou gaguejando**, pois não tinha muita certeza. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor);

- imperfectivo cursivo: **ir**/estar/vir/ficar/deixar/continuar + gerúndio. Exemplo: **Ir falando** a verdade. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor);
- imperfectivo terminativo: **Terminar**/acabar + gerúndio. Exemplo: **Acabar falando** a verdade. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor);
- iterativo: viver/andar + gerúndio. Exemplo: **Andar caíndo** de bêbado. (CASTILHO, 2010, p. 451, grifo do autor).

Vilela e Koch (2001) sublinham que a noção de aspecto é comumente manifestada por meio de expressões perifrásticas. De acordo com esses linguistas, os verbos auxiliares de aspecto são verbos que, associados ao gerúndio ou ao infinitivo, exprimem a imperfectividade. Eles citam como exemplos os verbos *começar a/começar/estar a/estar/continuar a/continuar* + infinitivo ou gerúndio. Acrescentam que, de maneira direta ou indireta, todos os verbos copulativos, ou de ligação, podem contribuir para a expressão da aspectualidade.

Os autores destacam três desses verbos como exemplos: *ser* (perfectivo, sendo a perfectividade expressa pelo seu sentido), *estar/estar para* (iminência ou cursividade) e *ficar* (imperfectivo, estado temporário). É curioso que o aspecto da iminência de ação, mencionado por Vilela e Koch, não é previsto por Moura Neves nem por Castilho, embora seja referido na gramática de Bechara. Vilela e Koch observam que o verbo *estar* “recorta a temporalidade, atribuindo-lhe um período de vigência” (VILELA, KOCH, 2001, p.74) quando sozinho, mas assume um sentido diferente quando –acrescido de formas verbais no infinitivo (iminência) ou no gerúndio (cursividade). Essa afirmação corrobora a ideia de que o efeito de sentido produzido pela sintagmatização, com o uso do verbo auxiliar aspectual, não seria obtido com o emprego de uma forma verbal simples.

3.3 Tempo

Quanto aos verbos auxiliares de tempo, Moura Neves (2000) não apresenta novidades quanto aos verbos *ter* e *haver*. Ela afirma que as construções dos verbos *ter* e *haver* + participípio de outro verbo formam tempos compostos de passado. Exemplo: **Tinha saído** antes que ele chegasse.

Acrescenta que o verbo *ir* no presente do indicativo mais o infinitivo de outro verbo expressa futuridade. Quando trata da construção *ir* + infinitivo, não traz novidades na sua indicação de futuro. Exemplo: **Vou decidir** isso amanhã. Porém,

acrescenta a ideia de futuridade no passado com o verbo *ir* no pretérito, como observamos no exemplo: *Ele ia ser promovido*.⁶ [Definição e classificação que são mantidas em tal qual em sua obra recente A Gramática do Português revelada em textos \(2018\).](#)

Para Castilho (2010), “tempo é uma propriedade da predicação cuja interpretação tem de ser remetida à situação de fala” ([CASTILHO, 2010](#), p. 418). O linguista acrescenta que só se pode compreender a anterioridade, a concomitância e a posterioridade “tomando como ponto de referência o sujeito falante” ([CASTILHO, 2010](#), p. 418). Essas observações vêm ao encontro das reflexões de Benveniste no que se refere ao tempo linguístico. Segundo a teoria benvenistiana, a retrospecção e a prospecção só podem ser concebidas em relação ao momento presente, isto é, ao momento em que ocorre a enunciação, que implica eu-tu-aqui-agora.

Ao tratar dos especificadores de tempo, o estudioso menciona as perífrases verbais com o verbo auxiliar *ter* + verbo principal no particípio e com o verbo auxiliar *ir* + o verbo principal no infinitivo e as distingue da seguinte maneira:

- As perífrases de particípio são tempos compostos do passado.

Exemplos:- *Ele tem trabalhado muito ultimamente.*

- As perífrases de infinitivo são tempos compostos do:

- futuro do presente. Exemplo: *Vou ler o livro no final de semana.*

- futuro do pretérito. Exemplo: *Informou que iria viajar.*

- pretérito perfeito. Exemplo: *Vieram a separar-se dois anos depois de casados.*

- futuro iminente. Exemplo: *Ela está para resolver a situação.*

- conativo. Exemplo: *Chegou a concluir a faculdade.*⁷

Diferentemente de Moura Neves, Castilho não cita o verbo *haver* como auxiliar dos tempos compostos e apresenta uma classificação mais detalhada das perífrases dos tempos compostos formados pelo verbo auxiliar *ir* + o verbo principal no infinitivo.

Mário Vilela e Ingedore Koch contemplam os verbos auxiliares de tempo muito sucintamente, apenas fazendo menção às formas “*ter*” e “*haver*”, apresentando como exemplo a seguinte frase: *Nem bem tinha acabado de tomar o café da manhã e já estava às voltas com a polícia.* ([VILELA, KOCH, 2001](#), p. 72). A

⁶Exemplos da autora do TCC.

⁷Os exemplos que ilustram os especificadores de tempo são todos criados pela autora do TCC.

perífrase verbal ““tinha acabado””” corresponde à forma verbal ““acabara”””, que indica pretérito mais-que-perfeito, isto é, um fato concluído antes de outro, no marco temporal passado: a ação de tomar café foi concluída antes de outra ação, também situada no pretérito (estar às voltas com a polícia).-.

A pesquisa bibliográfica apresentada nesta seção permite-nos afirmar que os linguistas consultados manifestam preocupação com os diversos valores semânticos que assumem os verbos auxiliares. No entanto, evidencia-se que os estudos de Moura Neves e de Castilho trazem contribuições mais relevantes no que se refere à multiplicidade de sentidos que a sintagmatização verbo auxiliar + verbo principal promove no uso da língua.

No capítulo seguinte, explicitamos algumas noções da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que julgamos pertinentes para este trabalho. São elas: (inter)subjetividade, forma e sentido, sintagmatização e referência. Também apresentamos, sucintamente, as reflexões de Benveniste acerca da auxiliaridade verbal.

4 ALGUMAS NOÇÕES PERTINENTES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

Neste capítulo, explicitamos alguns conceitos fundantes da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste: (inter)subjetividade, forma e sentido, sintagmatização e referência. Para isso, valemo-nos de alguns artigos de Benveniste publicados em *Problemas de linguística geral I* (1976) e em *Problemas de linguística geral II* (1989)⁸. Recorremos, também, às reflexões elucidativas de Valdir do Nascimento Flores sobre a teoria benvenistiana, em *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013). A Teoria da Enunciação de Émile Benveniste constituirá o principal referencial teórico para a análise do fenômeno linguístico da auxiliaridade verbal, uma vez que temos por objetivo contemplar a relação entre forma e sentido.

4.1 (Inter)subjetividade

Na teoria de Benveniste, linguagem e homem são indissociáveis: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (PLG I, 1976⁸⁹, p. 286). O autor explica que, a linguagem não é algo exterior ao homem, mas lhe é inerente e que, além de a linguagem ser inerente ao homem, é por intermédio dela que o homem se torna sujeito.

A subjetividade é definida por Benveniste como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (PLG I, 1989⁷⁶, p. 286), ou seja, o locutor, mediante a apropriação da linguagem, torna-se sujeito no processo enunciativo. Ao constituir-se como sujeito, o *eu* pressupõe a existência de um *tu* (intersubjetividade), porque “a linguagem exige e pressupõe o outro”. (PLG II, 1989, p. 93). Assim, *eu* e *tu* são definidos “como uma categoria da linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem”. (PLG I, 1976⁸⁹, 279). Flores (2013, p. 94, grifo do autor) explica que “a linguagem impõe às línguas que ‘reservem’ lugares de pessoa e não pessoa, sem o que não seria possível falar”.

Um conceito que emerge quando tratamos de intersubjetividade é a noção de pessoa. Essa noção, dentro da teoria da enunciação, nasce a partir do questionamento de Benveniste à noção clássica da categoria linguística de pessoa.

⁸Doravante PLG I e PLG II.

A categoria de pessoa é dividida, tradicionalmente, em primeira pessoa (aquele que fala), segunda pessoa (aquele com quem se fala) e terceira pessoa (aquela de quem se fala). As três pessoas são tratadas simetricamente, o que leva Benveniste, em *“As e Estruturas das relações de pessoa no verbo (PLG I, 1976)”*, a fazer uma crítica a essa classificação, sugerindo que “é preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia”. (BENVENISTE PLG I, 1976, p. 248).

Segundo o teórico, o que é denominado, canonicamente, de *“terceira pessoa”* é, na verdade, a *“não pessoa”*, visto que representa aquele/aquilo de que(m) se fala, não aquele que fala ou a quem se fala. Ao assumirmos como premissa o fato de que as escolhas realizadas pelo locutor, ao enunciar, marcam sua presença no discurso, cabe questionar se há lugar para a não pessoa na cena enunciativa. De fato, a não pessoa não participa da enunciação como sujeito (locutor ou alocutário), mas, ao falar de *e/le*, o enunciado nunca é totalmente objetivo, visto que está submetido à perspectiva do *eu*. Assim, mesmo que empregue a não pessoa em seu discurso, o locutor não deixa de falar de si: como a enunciação emana do locutor, a relação com o mundo por meio da linguagem é sempre filtrada pelo *eu*.

-Benveniste ressalta que há uma oposição entre *eu/tu*, que interagem na enunciação, e *e/le*, que é o referente, isto é, não actante na relação intersubjetiva. Por isso, *e/le* não pode ser considerado pessoa, pois não participa ativamente do discurso. No entanto, embora *e/le* não possua o status de pessoa, não se pode afirmar que a não pessoa é destituída de subjetividade, visto que, ao falar do mundo ou do outro, o locutor sempre deixa rastros de si naquilo que diz.

4.2 Forma e sentido

No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (PLG II, 1989) – registro de uma conferência de Benveniste dirigida a filósofos –, o autor tenciona a relação entre forma e sentido e ultrapassa o ponto de vista de Saussure na análise da língua como sistema significante. Para Benveniste, forma e sentido, nos níveis semiótico e semântico, cumprem a função de estabelecer uma divisão fundamental e diferente da divisão saussuriana entre língua e fala.

Antes de partirmos para o conceito de forma e sentido, é importante compreender o que está implicado na noção de signo. Benveniste concorda com a premissa saussureana de que a língua é um sistema de signos, mas vai além ao propor duas maneiras de ser língua: língua como semiótica e língua como semântica. O domínio semiótico é o dos signos, que possuem um significado virtual, potencial, o qual deve ser reconhecido pelo falante. Mas é no domínio semântico (língua-discurso) que os signos se convertem em palavras, as quais assumem sentidos singulares em suas relações umas com as outras (sintagmatização).

O autor assim conceitua forma e sentido:

O sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; e a forma é, do ponto de vista linguístico [...], ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível linguístico a que pertencem. (BENVENISTE, 1989, p. 222).

Benveniste ([PGLG I, 197689](#), p. 135) concebe as noções de forma e sentido como noções gêmeas, pois “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua”. Cabe destacar que a palavra *gêmeas* possibilita a interpretação de que tais conceitos nascem juntos. Assim, pode-se afirmar que a noção de forma não existe sem a noção de sentido no nível do discurso, assim como não se pode falar em sentido sem remeter à forma. Isso leva à conclusão de que, quando procedemos a uma análise linguística no domínio do discurso, não podemos focalizar somente a forma em detrimento do sentido, pois é por meio de formas linguísticas, em relação umas com as outras, que se engendram os sentidos.

Ao estabelecer uma relação inseparável entre os dois conceitos, o autor assevera: “Se nós colocamos que, à falta de linguagem, não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo significar.” (PLG II, 1989, p. 222). Para Benveniste, a significância é a característica precípua da linguagem, que transcende todas as demais funções que possa ter na sociedade humana. Sua célebre frase “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (PLG II, p. 222) põe em relevo a importância que deve ser atribuída à significância da linguagem, uma vez que é por intermédio dela que o homem se torna sujeito e age sobre o outro e sobre o mundo, instaurando novas realidades.

Quando o autor discorre sobre forma e sentido, percebemos que outras noções encontram-se imbricadas, como as noções de sintagmatização e referência. Tais conceitos são abordados nas seções seguintes deste trabalho.

4.3 Sintagmatização

Ao abordar a semantização da língua, ou seja, a conversão da língua em discurso, Benveniste elucida a noção de sintagmatização. Esta diz respeito à organização sintática das palavras no discurso, à relação das palavras umas com as outras. O conceito de sintagmatização remete ao conceito de frase, pois é na frase – situada no domínio semântico, isto é, no domínio do discurso –, que o locutor realiza o arranjo sintático por meio do qual promove determinados sentidos.

Cabe sublinhar que a noção de frase, em Benveniste, não equivale à noção de frase na gramática tradicional e na sintaxe formal, nas quais é entendida como período ou sentença, ou seja, um conjunto de palavras relacionadas entre si que tem como limite um ponto final, um ponto de interrogação, um ponto de exclamação ou reticências. Na teoria benvenistiana, o conceito de frase pode corresponder ao conceito de texto, pois ele a define como “unidade do discurso” e como “criação indefinida, variedade sem limite” (PLG I, [19762005](#), p. 139) e como “expressão semântica por excelência” (PLG II, 1989, p. 229).

Ao tratar da noção de frase, Benveniste (PLG II, 1989, p. 230⁴, grifos do autor) explica que “o sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. O processo de sintagmatização justamente consiste na ação das palavras umas sobre as outras, em sua convivência no discurso.

Portanto, a semantização é o sentido que a frase-discurso expressa, e esse sentido é produzido pelo arranjo das palavras que compõem essa frase – a sintagmatização. Esses dois conceitos encontram-se intimamente vinculados, pois “a ideia só encontra forma num agenciamento sintagmático, esta é a condição primeira, inerente à linguagem” (PLG II, 1989, p. 230-231). Pode-se afirmar, então, que a sintagmatização promove a semantização: “o locutor agencia palavras que neste emprego têm um sentido particular” (PLG II, 1989, p. 231).

É bastante pertinente, neste trabalho, a observação de Benveniste de que, na sintagmatização, “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo”. (PLG II, 1989, p. 234). Postula o autor que, no domínio semiótico, há relações paradigmáticas entre signos linguísticos, dotados de um significado genérico, potencial, a ser reconhecido pelo falante. Já no domínio semântico, isto é, na língua em funcionamento, a forma consiste no sintagma, relação entre palavras, as quais, agindo umas sobre as outras, adquirem um sentido particular. Segundo ele, sobre a base semiótica, a língua em funcionamento institui uma semântica própria, resultante do arranjo sintagmático. Isso se verifica nas perífrases verbais, em que o verbo auxiliar assume um sentido particular que, muitas vezes, se distancia completamente do significado que tem como signo, no domínio semiótico.

Flores (2013) chama atenção para o fato de que a questão da referência é posta em relevo quando Benveniste distingue os domínios semiótico e semântico. No domínio dos signos, a referência está ausente, ao passo que, no domínio do discurso, toda frase possui sentido e referência. Vejamos, a seguir, algumas reflexões sobre a noção de referência na Teoria da Enunciação benvenistiana.

4.4 Referência

No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1989), Benveniste distingue dois conceitos que, segundo ele, não podem ser confundidos: “Se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. (PLG II, p. 231, grifo do autor).

Nessa citação, interessa-nos a noção de referência como “estado de coisas” e “situação de discurso”. Essas expressões parecem autorizar-nos a entender a referência como vinculada ao mundo, mas não diretamente, por ser partilhada via discurso. Em outras palavras, o conceito de referência, na teoria benvenistiana, não remete diretamente ao mundo ontológico (físico), mas ao próprio ato de enunciação.

Flores (2013, p.143) salienta: “Não há a possibilidade de se pensar uma referência objetiva em um quadro teórico como o oriundo de Ferdinand de Saussure.” Conforme Flores, é um equívoco afirmar que Benveniste trata do

extralinguístico, ao referir-se ao domínio semântico, pois a referência sempre integra o ato enunciativo.

Consoante Benveniste (1989, p. 231), “Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora das circunstâncias, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras.” Por meio dessa afirmação, Benveniste evidencia que a sintagmatização, por si só, não possibilita a apreensão do sentido, para a qual também é necessária a referência, que implica as circunstâncias em que se dá a enunciação.

No artigo *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1989, p. 84), Benveniste postula:

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Logo, a referência, na perspectiva benvenistiana, é sempre singular, pois, embora dois locutores apresentem o mesmo fato, cada um apresentará a sua versão desse fato. Em outras palavras, ainda que o locutor esteja falando do mundo, ele sempre se refere a esse mundo sob a sua ótica, isto é, os fatos do mundo são filtrados pelas lentes do locutor em sua comunhão com o interlocutor. Na seção a seguir, explicitaremos o que vem a ser o *aparelho formal da enunciação*, que, na perspectiva de Benveniste, é construído pelo locutor quando se apropria do aparelho formal da língua.

4.5 Aparelho formal da enunciação

Na Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, também é fundamental que se compreenda em que consiste o aparelho formal da enunciação. No artigo *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1989, p. 84), o mestre afirma: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios; de outro.”

Essa citação permite sustentar a ideia de que o locutor, ao mobilizar o aparelho formal da língua, constrói um aparelho formal da enunciação, sempre único.

Flores (2013) explica que o aparelho formal da enunciação não é acessado pelo locutor, mas criado por este a cada instância enunciativa. Não é, portanto, um aparelho disponível na língua, mas construído, de forma singular, a partir do aparelho formal da língua.

Na citação de Benveniste, também chamam a atenção as expressões “índices específicos” e “procedimentos acessórios”, mediante os quais o locutor enuncia sua posição. Os índices específicos ou indicadores de subjetividade têm a função de apontar para os elementos do enquadre enunciativo, isto é, para os parceiros da enunciação (*eu-tu*) e para a situação (*aqui-agora*). São, portanto, os elementos linguísticos que remetem ao locutor, ao alocutário, ao tempo e ao espaço. Os procedimentos acessórios, por sua vez, consistem nos arranjos sintagmáticos (sintagmatização) que o locutor realiza, com vistas à produção de sentidos. É relevante destacar que o adjetivo “acessórios”, na teoria benvenistiana, não aponta para a ideia de que tais procedimentos linguísticos são considerados de menor importância para o autor.

Embora Benveniste não proponha um modelo de análise, é possível, neste artigo, vislumbrar um percurso metodológico que pode ser seguido numa análise enunciativa. “Na enunciação, consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.” (PLG II, 1989, p. 83).

Na análise que é desenvolvida no capítulo 5, seguiremos esse caminho metodológico proposto por Benveniste. Ao tratarmos dos instrumentos linguísticos por meio dos quais se realiza o ato enunciativo, focalizaremos, principalmente, os procedimentos acessórios, pois as perífrases verbais são sintagmatizações empreendidas pelo locutor com vistas à semantização.

4.6 A estrutura das relações de auxiliaridade

No artigo *Estrutura das relações de auxiliaridade* (PLG II, 1989), Benveniste argumenta que a noção de verbo auxiliar presente nos estudos da gramática tradicional, partilhada entre as línguas ocidentais modernas, muitas vezes, restringe

o nosso olhar, impedindo-nos de enxergar a relevância e a singularidade de uma perífrase verbal. Segundo ele, nessa estrutura sintagmática, reúnem-se formas linguísticas que, embora sejam distintas, complementam-se, formando uma unidade semântica.

Benveniste considera que o processo de auxiliação “consiste na junção sintagmática de uma forma auxiliante e uma forma auxiliada” (PLG II, 1989, p. 183), formando uma unidade que se caracteriza como sintagma e apresenta dois elementos “ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares”. (PLG II, 1989, p. 181). Define essa junção sintagmática como uma estrutura binômica invariável, ou seja, preserva-se sempre a mesma ordem (auxiliante + auxiliado). Assim, os elementos podem ser separados pela inserção de um novo elemento, mas nunca invertidos. Sublinha também que Aa noção de flexão é expressa no primeiro elemento, o auxiliante.

Os processos de auxiliação descritos no referido artigo são: a auxiliação de temporalidade, a de diátese e a de modalidade.

A auxiliação de temporalidade, conforme Benveniste, verifica-se no pretérito perfeito (*passé composé*), que se opõe ao presente, forma não auxiliada. Apresenta como auxiliares formas dos verbos *avoir* (*ter*) e *être* (*ser/estar*) e como auxiliado⁹ um particípio passado. O autor acrescenta que as formas *avoir* e *être* estão em disposição complementar. Enquanto *avoir* é auxiliante da grande maioria dos verbos, *être* é empregado com um número restrito de verbos – os intransitivos e da esfera pessoal, indicadores de movimentos instantâneos, que não têm duração nem continuidade e cuja realidade coincide com sua realização (PLG II, 1989, p. 185). Define assim o papel distintivo de cada um dos auxiliares: “o perfeito com *avoir* indica o adquirido de operação” e “o perfeito com *être* indica o adquirido de situação” (PLG II, 1989, p. 186).

Benveniste frisa que a dicotomia em que o auxiliar indica o morfema e o auxiliado o semantema, defendida por muitos gramáticos e nomeada como tempo composto, não se sustenta do ponto de vista enunciativo. Nas palavras do autor,

Parece, portanto, que o auxiliado deve ser reconhecido como bifuncional. Além de sua função paradigmática, de assegurar a ligação semântica com o verbo, ele preenche uma função sintagmática complementar à do auxiliante.

⁹Diferentemente dos gramáticos tradicionais e de muitos linguistas, Benveniste emprega a denominação “auxiliante” para verbos auxiliares e “auxiliado” para verbos principais.

Auxiliado e auxiliante são mutuamente adjuvantes nesse processo. (BENVENISTE, 1989, p. 188).

Para o linguista, somente a relação entre o auxiliante e o auxiliado – a sintagmatização – pode resultar na função de temporalidade. Portanto, o verbo auxiliante não dispõe de uma função exclusivamente gramatical; deve-se levar em conta também, e principalmente, seu sentido.

Benveniste esclarece que a auxiliação de diátese expressa oposição às formas da voz ativa e caracteriza-se por apresentar como auxiliante as flexões de *être* e como auxiliado o particípio passado.

A auxiliação de modalidade, para o autor, consiste em uma “asserção complementar referente ao enunciado de uma relação” (PLG II, 1989, p. 192), sendo possibilidade e necessidade duas modalidades essenciais no discurso. Os verbos *pouvoir* (*poder*) e *devoir* (*dever*) são, segundo Benveniste, modalizantes por excelência.

Além dos verbos *pouvoir* e *devoir*, que Benveniste classifica como modalizantes por função, ele menciona outros verbos, modalizantes ocasionais ou por assunção, como *vouloir*, *falloir*, *désirer*, *espérer*, *faire*, *savoir* (*querer*, *precisar*, *desejar*, *esperar*, *fazer*, *saber*), que expressam modalização quando o locutor os elege para tal função. O linguista, no entanto, ressalva: estes só serão auxiliares se o sujeito do auxiliante for idêntico ao sujeito do auxiliado; se este sujeito for diferente, então o infinitivo é substituído por uma oração subordinada, não ocorrendo a auxiliaridade. (PLG II, 1989, p. 193). Por exemplo, em “Tu deves respeitar teus pais”, *deves* é verbo auxiliante; já em “O professor permitiu entregarmos o trabalho na próxima semana”, não há auxiliação, pois o sujeito de “permitiu” é “o professor” e o sujeito de “entregarmos” é “nós”. Neste exemplo, “entregarmos o trabalho na próxima semana” é oração subordinada substantiva objetiva direta.

Benveniste ainda menciona que pode ocorrer uma auxiliação de segundo grau, isto é, uma sobreauxiliação, quando houver mais de um verbo auxiliante. O autor explica que a auxiliação de diátese (voz passiva) ocorre em um nível acima da temporalidade. A auxiliação de modalidade, por sua vez, também ocorre em um nível acima da temporalidade e, se ocorrer também a diátese, a modalidade será o último nível de auxiliação. [Por exemplo, em “O crime pode ter acontecido fora da cidade”, ocorre, primeiramente, a auxiliação de diátese \(verbo ter + particípio do](#)

verbo principal – acontecido). Em seguida, temos a auxiliação de modalidade, formada pela junção do verbo “pode” mais “ter acontecido”.

Para concluir, destacamos que, no artigo *A forma e o sentido na linguagem* (PLG II, 1989, p. 232), Benveniste afirma que, na sintagmatização que ocorre no processo de auxiliação verbal, constitui-se um forte elo entre o verbo auxiliante e o auxiliado, de tal forma que o sentido de temporalidade, passividade e modalidade advém da unidade formada pelos dois ou mais verbos coligados.

No próximo capítulo, procedemos à análise de dois textos, à luz dos pressupostos teóricos apresentados até aqui.

5 BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA DO PAPEL SEMÂNTICO DA AUXILIARIDADE VERBAL

Neste capítulo, temos como objetivo analisar a relação entre a sintagmatização empreendida pelo locutor quando faz uso de perífrases verbais e a semantização decorrente desse arranjo sintagmático. O *corpus* que selecionamos para a análise são dois artigos de opinião, gêneros textuais escritos pertencentes ao domínio jornalístico. O primeiro artigo a ser analisado foi publicado no jornal Zero Hora e intitula-se “Resultados do Enem mostram que a classe social influencia na educação dos jovens”; o segundo tem como título “Violência doméstica, feminicídio e saúde pública” e foi publicado no jornal Folha de São Paulo. [O critério utilizado para a escolha dos veículos de publicação foi: a grande circulação a nível nacional e regional. Já para a escolha da temática, o critério foi a relevância do tema \(deveria ser algo bastante discutidos na sociedade atual\).](#)

5.1 Procedimentos metodológicos

A análise enunciativa que desenvolvemos neste trabalho segue o percurso metodológico indicado por Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1989), já explicitado no capítulo precedente. Flores (2013), em *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013),- explicita melhor esse percurso: (a) na análise do ato individual de enunciação, estão implicados o locutor e o alocutário; (b) a análise da situação remete ao aqui-agora, no qual se constitui a referência construída no discurso; (c) na análise dos instrumentos de realização, contemplam-se os índices específicos e os procedimentos acessórios.

Na categorização semântica da auxiliação de tempo, aspecto e modalidade, também nos valem das contribuições de Bechara (2004~~0~~), Koch e Vilela (2001), Moura Neves (2000 e 2018) e Castilho (2010).

5.2 Análise enunciativa do texto *Resultados do Enem mostram que classe social influencia na educação dos jovens*

<p>Resultados do Enem mostram que classe social influencia na educação dos jovens*</p>

Roberto Rafael Dias da Silva**

1 A recente divulgação dos resultados do Enem apresentou-nos um
2 conjunto de dados bastante preocupantes, sobretudo para aqueles envolvidos na
3 pesquisa e na implementação das políticas curriculares para o ensino médio. De
4 acordo com essa publicação, somente 293 jovens brasileiros que cursaram essa
5 etapa da educação básica em condições econômicas desfavoráveis conseguiram
6 desempenho equivalente aos estudantes oriundos das escolas de elite. Em tais
7 condições, os estudantes pobres têm apenas 0,16% de chance de estarem entre
8 as melhores notas no exame nacional. A condição socioeconômica dos jovens
9 continua ocupando um papel central na compreensão da escolarização juvenil
10 contemporânea.

11 Ainda que possamos relativizar a potencialidade heurística desses dados,
12 não restam dúvidas de que sinalizam uma nuance que, via de regra, é pouco
13 considerada na promoção de políticas para esses atores. O investimento em
14 infraestrutura nas escolas, em novos arranjos curriculares e em novos desenhos
15 para os cursos de licenciatura são questões cruciais; entretanto, insuficientes
16 para o contexto de nosso país. A melhoria do desempenho de nossos jovens não
17 pode ser lida fora do enquadramento das matrizes de desigualdade que perfazem
18 a plena educação dessa população.

19 Políticas públicas destinadas ao Ensino Médio precisam cotejar inúmeros
20 outros elementos que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos
21 jovens na escola. Tenho defendido a importância de políticas intersetoriais que se
22 proponham a compreender e a intervir no fenômeno desde uma pluralidade de
23 estratégias. Isso se torna fundamental à medida que desejamos promover a
24 "liberdade efetiva das pessoas de realizarem seus próprios projetos", como nos
25 esclarece o economista Amartya Sen. Sob essa lógica, boas políticas destinadas
26 à escolarização juvenil precisam combater a privação de liberdade e promover o
27 desenvolvimento de capacidades. Somente assim, conseguiremos garantir
28 politicamente o tão desejado protagonismo juvenil.

*Texto publicado no Jornal Zero Hora, em 21 de janeiro de 2019. Disponível em:
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/01/resultados-do-enem-mostram-que-classe-social-influencia-na-educacao-dos-jovens-cjr5dmmex002i01nxwnl1ccb0.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2019. Adaptação.

**Professor da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos).

5.2.1 O ato enunciativo

Em *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1989), Benveniste faz uma distinção entre as condições de emprego das formas e as condições de emprego da língua. Ele argumenta que se trata de dois mundos diferentes e que olhar para essa diferença resulta em uma nova maneira de ver as mesmas coisas, de descrevê-las e interpretá-las. O linguista define a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE PLG II, 1989, p. 82). Considera, ainda, que “este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”. (PLG II BENVENISTE, 1989, p. 82).

Considerando que, quando se fala em emprego da língua, no ato enunciativo, não se pode ignorar aquele do qual emana o discurso – o locutor –, iniciaremos a análise pela forma como o locutor desse artigo (eu-autor) se instaura como sujeito em seu discurso. O locutor emprega um índice específico por meio do qual se insere no texto, assumindo, sozinho, a responsabilidade pela defesa da importância das políticas intersetoriais: -na locução verbal “~~t~~enho defendido” (linha 21), faz uso da primeira pessoa do singular, inscrevendo-se em seu texto. Também faz uso de índices que remetem a “nós” (1ª pessoa do plural), que pode ser interpretada como pessoa ampliada (eu + tu). Ao empregar o pronome oblíquo “nos” (linha 1), o pronome possessivo “nossos” (linha 16) e as formas verbais flexionadas na primeira pessoa do plural (“possamos” – linha 11, “desejamos” – linha 23 e “conseguiremos” (linha 27), o locutor se engaja em seu discurso e convoca o alocutário, numa busca de aproximação em relação ao “tu”, leitor a quem se dirige.

Observa-se, portanto, que o discurso empreendido pelo locutor evidencia um forte engajamento deste em relação ao que afirma. Ele não procura velar sua presença em seu discurso; além disso, mostra o desejo de partilhar com o leitor suas ideias, seus anseios e sua preocupação acerca da desigualdade social e seus impactos na educação de jovens.

5.2.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo

Neste tópico, iremos voltar nosso olhar para o tempo e o espaço da enunciação e para a referência coconstruída no ato enunciativo. Como já referimos anteriormente, a referência, para Benveniste, integra a enunciação, ou seja, quando o locutor fala do mundo, ele, na verdade, fala de “seu mundo”, pois é sob sua ótica que apresenta o referente ao alocutário. Essa visão de mundo ele deseja comungar com aquele a quem se dirige, buscando levá-lo a partilhar a mesma referência.

Quanto ao tempo em que se situa o ato enunciativo, é importante mencionar que, para Benveniste, o presente é o tempo axial, a partir do qual se situam a retrospecção (anterioridade) e a prospecção (posterioridade), isto é, as demais coordenadas temporais têm como parâmetro o presente (tempo em que se fala). Ao fazermos a análise dos tempos verbais, constatamos que o presente do indicativo é o tempo verbal predominante no artigo. Mas é preciso observar que esse tempo verbal não indica somente ações ou eventos pontuais, simultâneos ao ato de

enunciação, mas também ações que têm maior duração, ou seja, ultrapassam os limites da cena enunciativa (em retrospecto ou prospecção).

É o caso dos verbos “têm” (linha 7), “restam” (linha 12), “sinalizam” (linha 12), “são” (linha 15), “perfazem” (linha 17) e “esclarece” (linha 25), que, indicam estados ou ações que têm concomitância com o momento da enunciação, isto é, o tempo em que o locutor enuncia, mas também indicam o que a ação se estende num tempo maior que o momento da enunciação.

Ao empregar o verbo “apresentou” (linha 1), no pretérito perfeito, o locutor expressa a anterioridade da ação em relação ao momento da enunciação. Em “cursaram” (linha 4) e “conseguiram” (linha 5), também no pretérito perfeito, observa-se uma retrospecto, pois, como esse artigo foi publicado no início deste ano, o enunciador descreve a ação dos alunos situada no marco temporal passado, antes do momento da enunciação: ano passado.

O parágrafo final contém os verbos “favoreçam” (linha 20) e “proponham” (linha 22), no modo subjuntivo, por meio do qual o locutor-autor revela uma atitude de expectativa, de desejo de que as políticas públicas tenham maior efetividade, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem dos jovens em condições econômicas desfavoráveis.

Em “Os estudantes pobres têm apenas 0,16% de chance de estarem entre as melhores notas no exame nacional” (linhas 7-8), o locutor descreve um estado de coisas concomitante ao momento da enunciação. Essa descrição da realidade contribui para reforçar a posição do autor de que é preciso romper com essa situação.

No enunciado “[...] não restam dúvidas de que sinalizam uma nuance [...]” (linha 12), a presença do advérbio de negação junto ao verbo “restam” (presente do indicativo), relacionados ao sujeito “dúvidas”, revela que, no momento da enunciação, o autor manifesta uma certeza, não deixando margem para refutação. Esse enunciado aponta para a conclusão de que a condição revelada pelos dados é pouco considerada na promoção de políticas públicas que visem à melhoria de desempenho dos alunos.

Cabe destacar que, com o verbo “sinalizam” (linha 12), o enunciador se exime da responsabilidade de estar fazendo uma crítica sobre quem de fato é responsável pela criação de políticas públicas, pois, diante da divulgação dos dados, isso se torna uma constatação.

Quanto ao espaço, ~~ca~~be-destacamos que diz respeito ao lugar em que ocorre a enunciação, que parece ter uma relação estreita com o tempo linguístico, ou seja, é um espaço de tempo. Assim, consideramos que as locuções adverbiais “nas escolas” (linha 14) e “na escola” (linha 21) referem-se a espaços físicos, mas não a espaço linguístico – o aqui – que está intimamente vinculado ao momento em que se situa a enunciação.

5.2.3 Instrumentos linguísticos – as perífrases verbais

Neste item, ater-nos-emos a um dos instrumentos linguísticos de que se vale o locutor-autor para manifestar seu ponto de vista ao argumentar sobre como a condição socioeconômica dos jovens brasileiros impacta na qualidade da educação ofertada.

O locutor sempre tem um intentado (*intenté*), isto é, quando se enuncia, age sobre o alocutário linguisticamente constituído. Conforme Benveniste, quando o locutor se torna sujeito pela linguagem, ele instaura diante de si um alocutário e visa a influenciá-lo. Nessa busca da influência, ele deixa rastros de sua presença no discurso. Ainda que a enunciação, por ser efêmera, não possa ser acessada diretamente, é possível buscar compreendê-la através de marcas deixadas no enunciado. É no enunciado (texto) que conseguimos apreender parte desse intentado manifestado na enunciação.

Consoante Benveniste, esse intentado é produzido pelo emprego de procedimentos acessórios, que consistem nos arranjos sintagmáticos mobilizados pelo enunciador marcando sua presença no discurso. É a partir desses arranjos sintagmáticos, empreendidos pelo locutor, que emerge a subjetividade e é promovida a semantização (efeito de sentido).

O procedimento acessório objeto deste estudo são os sintagmas verbais formados pelo processo de auxiliação. Conforme já mencionado na fundamentação teórica, Benveniste usa os termos “auxiliante” para o que a gramática tradicional denomina “auxiliar” e “auxiliado” para o verbo principal. Em nossa análise, adotaremos essa metalinguagem. Passemos à análise semântica de algumas formas verbais perifrásticas empregadas no artigo.

A locução verbal “continua ocupando” (linha 9), formada pelo verbo auxiliante “continuar” no presente do indicativo, associado ao verbo auxiliado no gerúndio

“ocupando”, indica que a perspectiva pela qual o locutor compreende o protagonismo da condição socioeconômica dos jovens no contexto da educação brasileira é de uma situação (*status quo*) que persiste, ou seja, não houve mudança se compararmos a realidade anterior (passada) com a realidade presente. Se, no lugar da locução, fosse empregado simplesmente o verbo “ocupa”, o sentido de manutenção de um estado de coisas não seria expresso. A diferença entre “continua ocupando” e “ocupa” está no fato de que, ao optar pela locução, o enunciador faz uma crítica à persistência de um quadro que já deveria ter sido modificado. Moura Neves (2000), Castilho (2010) e Vilela e Koch (2001) consideram esse processo de auxiliação indicador de aspecto cursivo, expressando um valor imperfectivo, não acabado. Bechara (2009⁴) denomina esse aspecto de continuidade de ação.

A perífrase verbal “possamos relativizar” (linha 11) apresenta o verbo modalizador “poder” como auxiliante. As características morfológicas (desinências número-pessoal e modo-temporal) do verbo auxiliante revelam duas perspectivas interessantes. Ao utilizar o presente do subjuntivo e a primeira pessoa do plural, o locutor remete à cena enunciativa, revelando a intersubjetividade: a possibilidade de relativização dos dados ~~relativos~~ ado ENEM compete tanto ao locutor quanto ao alocutário. Mediante o uso do verbo auxiliante “possamos”, em sua convivência com o verbo auxiliado “relativizar”, o locutor agrega um sentido de possibilidade à relativização heurística dos dados apresentados no parágrafo anterior. Moura Neves classifica essa modalização como epistêmica não asseverativa.

A locução “conseguiremos garantir” (linha 27), formada pelo verbo auxiliante “conseguiremos” na primeira pessoa do plural futuro do presente do indicativo mais o verbo auxiliado “garantir” no infinitivo, marca a acentuação da relação com o alocutário. O verbo auxiliante “conseguir”, segundo Moura Neves, expressa o valor semântico de consecução, isto é, mediante a satisfação da condição imposta (boas políticas dirigidas à escolarização dos jovens), concretiza-se a garantia -do desejado protagonismo juvenil.

Nas linhas 12 e 13, a locução verbal “é [pouco] considerada” refere-se à potencialidade dos dados revelados sobre o desempenho dos jovens em condições econômicas desfavoráveis. A perífrase em questão é uma auxiliação de diátese que se constitui pela junção do auxiliante “ser” com o particípio do verbo auxiliado “considerar”. Ao utilizar a diátese, o locutor mantém o foco na ação em si, a nuance do quadro da educação brasileira revelada pelos dados. O autor da ação, no caso o

Estado Brasileiro, que é quem de fato pouco considera essa nuance para promover políticas públicas educacionais, não ganha destaque. De forma mais simples, é como se o locutor dissesse “não importa quem deixou de fazer algo;- o que importa é o que está sendo relegado a segundo plano” ou pouco considerado.

A perífrase verbal “pode ser lida” (linha 17) apresenta uma sobreauxiliação, conceito apresentado por Benveniste em *Estrutura das relações de auxiliaridade* (PLG II, 1989). A auxiliação de segundo grau, como também é chamada pelo teórico, ocorre, porque temos uma auxiliação de modalidade, formada pela relação entre o auxiliante “pode” no presente do indicativo, seguida pela auxiliação de diátese (voz passiva), constituída pelo verbo auxiliante “ser” + particípio do verbo auxiliado principal (“lida”). A auxiliação de diátese é mobilizada pelo locutor trazendo luz para a ação em si: a leitura da melhoria do desempenho dos jovens deve ser relacionada às matizes de desigualdade. O efeito provocado pelo uso da auxiliação de diátese é a isenção do agente: o Estado que lê o cenário educacional e propõe políticas públicas.

Analisemos agora a auxiliação de modalidade. No domínio semiótico, o verbo “podem” apresenta o significado genérico de “permissão”, “capacidade” ou “possibilidade”, mas, somente no momento em que o locutor o coloca em relação com outro verbo, podemos depreender o sentido obtido, pois, a cada instância discursiva, o sentido torna-se único. –Na expressão em análise, o sujeito locutor recorre ao verbo auxiliar que indica possibilidade deôntica, ou seja, indica não permissão ou proibição, visto que o modalizador está precedido pelo advérbio de negação. Assim, o enunciador expressa que a melhoria de desempenho dos jovens não pode ser lida sem considerar as matizes de desigualdade que perfazem a plena educação dos jovens.

A locução verbal “precisam cotejar” (linha 19) é formada pela associação do verbo auxiliante “precisar” na terceira pessoa do plural do presente do indicativo com o verbo auxiliado “cotejar” no infinitivo. A construção é empregada para chamar a atenção do alocutário para a relevância de considerar fatores que levem em conta o acesso, a permanência e a aprendizagem dos jovens ao promover políticas públicas para o ensino médio. O locutor utiliza um auxiliar modalizador deôntico, conforme Moura Neves, o qual, na instância discursiva, cumpre o papel semântico de atribuir à proposição a ideia de necessidade. Da mesma forma, na locução verbal “precisam combater” (linha 26), o locutor recorre a um auxiliar modalizador deôntico para

reforçar a concepção de que boas políticas envolvem o combate à privação de liberdade e promovem o desenvolvimento das capacidades dos alunos. Outro ponto bastante relevante na análise é a pessoa verbal. O locutor recorre à não pessoa (terceira pessoa do singular), buscando produzir um efeito de objetividade. No entanto, ao considerarmos que a enunciação é responsabilidade do locutor, este apresenta o mundo conforme seu ponto de vista: as políticas públicas não combatem a privação de liberdade nem promovem o desenvolvimento da capacidade dos alunos.

Nos dois casos – “precisam cotejar” (linha 19) e “precisam combater” (linha 26) –, podemos afirmar que o auxiliar não desempenha apenas funções morfológicas ou gramaticais, uma vez que o sentido do verbo auxiliante na locução verbal difere de quando empregado como verbo transitivo. Na sintagmatização empreendida na locução verbal, o verbo auxiliar expressa o sentido de “exigência”, “obrigação”. Quando usado como verbo transitivo, diferentemente, expressa necessidade na acepção de “carecer” ou “necessitar”.

Na linha 21, temos uma auxiliação de temporalidade na perífrase verbal “tenho defendido”, composta pelo verbo auxiliante “ter” no presente do indicativo mais o particípio do verbo auxiliado “defender”. Essa perífrase expressa um tempo composto – pretérito perfeito do indicativo. Mediante o emprego desse tempo composto, o locutor expressa que sua posição de que “a importância de políticas intersetoriais que se proponham a compreender e a intervir no fenômeno desde uma pluralidade de estratégias” não é nova, mas reiterada há algum tempo. A defesa da referida tese já ocorria no passado e persiste no presente, indicando que a ação verbal não está concluída. Esse exemplo corrobora a tese defendida por Benveniste, em *“Estrutura das relações de auxiliaridade”* (PLG III, 1989), de que não se sustenta, numa perspectiva enunciativa, a afirmação de que o auxiliar indica o morfema e o auxiliado o semantema. Esse valor semântico de temporalidade é resultante da sintagmatização, isto é, da coligação entre o verbo auxiliante e o auxiliado. Portanto, o auxiliante não apenas desempenha funções morfológicas ou gramaticais, mas, juntamente com o auxiliado, atua na produção de sentidos.

Essa breve análise autoriza-nos a afirmar que, mais do que os índices específicos, os procedimentos acessórios – aqui, especificamente, a auxiliaridade verbal – são expedientes sintáticos de suma importância no discurso. Por meio do processo de auxiliação, o locutor pode indicar, com maior rigor, a maneira como os

fatos ou estados de coisas expostos se situam no tempo, bem como apresentar, através de suas lentes, o mundo ao alocutário.

5.3 Análise enunciativa do texto *Violência doméstica, feminicídio e saúde pública*

Violência doméstica, feminicídio e saúde pública*

Rossana Pulcineli Vieira Francisco**

1 São inúmeras as notícias sobre violência doméstica contra mulheres
2 diariamente. É estarrecedora a brutalidade desse tipo de violência que assola
3 inúmeros lares do país e que, em seu estágio final, tira a vida de jovens, de
4 mulheres, de mães e abala as famílias brasileiras.

5 Se houve avanços no campo jurídico, em outras áreas há muito a
6 caminhar. A violência doméstica, que leva a ferimentos físicos e emocionais, com
7 cicatrizes profundas, tem sido negligenciada como problema de saúde pública.

8 Vemos iniciativas isoladas, porém, não só no Brasil como em outros
9 países, profissionais de saúde não são formados para lidar com essa difícil
10 questão. A falta de conhecimento e de treinamento para assistir os casos de
11 forma eficaz faz com que o assunto seja pouco abordado nas consultas médicas,
12 tirando a oportunidade de essas mulheres, em ambiente protegido pelo sigilo
13 profissional, terem acesso a uma escuta qualificada, acolhedora e eficaz.

14 Diversas vezes, sintomas inespecíficos podem traduzir situações de
15 violência que só serão reveladas se questionadas. Não podemos esperar uma
16 profusão de relatos espontâneos de maus-tratos. Isso raramente ocorre, por
17 medo, vergonha, tristeza ou até pela falsa impressão de que tudo poderá ser
18 resolvido.

19 A abordagem deve ser delicada e respeitosa, considerando o sofrimento
20 crônico apresentado por essas mulheres. Referir-se a quantos episódios assim
21 vêm acontecendo na sociedade e quanto tal situação afeta a saúde das pessoas
22 pode ser uma forma de, em poucos minutos, oferecer a elas a oportunidade de
23 falar.

24 É essencial a capacitação profissional para saber o que fazer quando se
25 obtém uma resposta positiva. Reafirmar a relação de confiança, oferecer canais
26 legais disponíveis à denúncia e mostrar que se importa com a paciente são
27 atitudes simples, mas imprescindíveis para a pessoa vulnerável encontrar um
28 caminho.

29 Os profissionais de saúde devem estar atentos e conhecer os canais a
30 serem indicados às eventuais vítimas. O combate à violência doméstica precisa
31 ser considerado compromisso de todos, especialmente dos médicos obstetras e
32 ginecologistas, que temos o privilégio de participar de tantos momentos felizes e
33 tristes da vida das mulheres.

34 É preciso preparo. Há erros comuns que nos afastam da responsabilidade
35 e do compromisso de combater essa mazela social. Não podemos esperar atitude
36 imediata por parte de quem sofre a violência, pois isso raramente ocorrerá.
37 Também não devemos oferecer soluções prontas, uma vez que elas
38 frequentemente não se aplicam à realidade da vítima.

39 Ao não entendermos quanto é difícil para alguém se afastar de um
40 relacionamento violento, sentimo-nos frustrados e tomamos a pior atitude:
41 afastamo-nos, paramos de conversar sobre o assunto e aprofundamos o

42 isolamento e a solidão dessas pessoas.

43 A situação em nosso país é grave e exige ser encarada como problema de
44 gênero, de justiça, mas também de saúde pública. A transformação dessa
45 realidade passa necessariamente pela formação e qualificação dos profissionais
46 para atenção à violência doméstica.

47 Precisamos transformar a indignação passiva com os inúmeros casos de
48 feminicídio em escuta ativa das mulheres. Mais que isso: em compromisso
49 explícito de combate à violência contra as mulheres.

*Texto publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 08 de março de 2019. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2019/03/violencia-domestica-femicidio-e-saude-publica.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2019. Adaptação.

**Professora associada de Obstetrícia na Faculdade de Medicina da USP e presidente da
Sogesp (Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo).
cjr5dmmex002i01nxwnl1ccb0.html>. Acesso em: 05 de abril de 2019. Adaptação.

~~*Professor da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos).~~

5.3.1 O ato enunciativo

Como na análise anterior, no ato enunciativo, voltamos nossa atenção para a categoria de pessoa. A categoria de pessoa é um dos indicadores de subjetividade – assim como as categorias de tempo e espaço, das quais falaremos no próximo item – responsável por fundamentar a referência na enunciação, segundo Benveniste ([PLG II, 19892005](#), p. 84):

Estas condições iniciais [de ato e de situação] vão reger todo o mecanismo de referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular [...]. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Benveniste enfatiza que os índices específicos estão intimamente ligados às categorias vazias da língua que se preenchem no ato de utilização das palavras. É olhando para essas categorias – por exemplo, os pronomes pessoais e os demonstrativos – que percebemos que a língua engendra sentidos no momento em que o “eu” toma a palavra.

O locutor-autor emprega, reiteradamente, a primeira pessoa do plural para revelar o seu engajamento no discurso e evidenciar que o problema apresentado é um conhecimento partilhado com seu alocutário e que a mobilização para romper com a cruel realidade exposta no texto não deve ser solitária. Ele defende a importância da promoção de políticas públicas na área da saúde, argumentando em

favor de um amparo às vítimas de violência contra a mulher. As formas verbais “vemos” (linha 8), “podemos” (linha 15), “temos” (linha 32), “podemos” (linha 35), “devemos” (linha 37), “entendermos” (linha 39), “sentimo-nos” (linha 40), “tomamos” (linha 40), “afastamo-nos” (linha 41), “paramos” (linha 41), “aprofundamos” (linha 41) e “precisamos” (linha 47) demonstram esse engajamento do locutor em seu discurso e a convocação do alocutário a partilhar sua tese. Além de formas verbais, também emprega o pronome oblíquo “nos” (linhas 34, 40 e 41) com vistas a uma maior aproximação com seu alocutário e ao engajamento deste.

Fica claro, pois, que o locutor não vela sua presença no discurso; pelo contrário, mostra o desejo de partilhar com o leitor sua preocupação com os altos índices de violência doméstica e de feminicídio no Brasil bem como sua proposta para reverter esse grave problema.

5.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo

Neste subcapítulo, conforme a metodologia proposta anteriormente, abordaremos as categorias espaço e tempo. Ao analisar quais recursos o locutor mobiliza, percebemos o lugar que ele ocupa no discurso e no mundo e a imagem que projeta de seu alocutário, isto é, o lugar que atribui a ele. A situação em que se concretiza o ato de enunciação implica também a referência, que, segundo Benveniste (PLG II, 1989), integra a enunciação, por ser coconstruída entre locutor e alocutário.

Observamos, no texto, a predominância do tempo presente, expresso por verbos como “assola” (linha 2), “tira” (linha 3), “abala” (linha 4), “vemos” (linha 8), no presente do indicativo. Os fatos expressos por esses verbos ainda ocorrem no momento em que é escrito o texto, isto é, coincidem com o tempo da enunciação. Porém, ultrapassam os limites temporais da cena enunciativa, indicando fatos ou ações que -se estendem no tempo.

Além do presente, forma axial ou parâmetro dos tempos verbais, o qual predomina no texto, o locutor vale-se do pretérito perfeito “houve” (linha 5), expressando o sentido de que os avanços na área jurídica situam-se no marco temporal passado, indicando uma retrospectiva. Ou seja, medidas que coíbem a violência contra a mulher já foram instituídas no Direito (como alocutários, podemos citar como exemplo a Lei Maria da Penha). O locutor também faz uso do -futuro do

presente, ao empregar a forma verbal- “ocorrerá” (linha 36). O emprego desse tempo verbal indica uma prospecção: o enunciador projeta um futuro em relação ao momento da enunciação, em que situa uma realidade: a quase inexistência de denúncias realizadas por vítimas da violência contra a mulher.

Os adjuntos adverbiais “no campo jurídico” (linha 5), “em outras áreas” (linha 5), “nas consultas médicas” (linha 11) e “na sociedade” (linha 21), apontam para lugares nocionais, que circunscrevem o tópico do discurso abordado no ~~texto-~~texto. Já os adjuntos adverbiais “no Brasil”, “em outros países” (linha 89), “em nosso país” (linha 43), os quais- representam espaços físicos, delimitam os lugares em que se situa o problema discutido. Cabe observar que nenhum desses adjuntos adverbiais constituem marcas do lugar linguístico, ou seja, não representam as circunstâncias em que se realiza o ato enunciativo.

O locutor-autor, nesse texto, conclama, pois, o interlocutor-leitor para coconstruírem a referência de que a violência doméstica e sua mais grave manifestação – o feminicídio – não podem persistir no Brasil, o que requer a mobilização do poder público, juntamente com a sociedade.

5.3.3 Instrumentos linguísticos – as perífrases verbais

Nesta etapa da nossa análise, o foco são as locuções verbais, sintagmatizações de que se vale o locutor com vistas a semantizar. Há, no texto, várias perífrases verbais, procedimentos acessórios por meio dos quais o enunciador marca a singularidade do aparelho formal da enunciação criado nessa instância do discurso.

Observemos, inicialmente, os empregos do que Benveniste denomina “sobreauxiliação” (PLG II, 1989, p. 189), quando há mais de um verbo auxiliante, com diferentes funções. Mediante o uso da perífrase verbal “tem sido negligenciada” (linha 7), o locutor emprega a auxiliação de diátese (“sido” + o verbo **principal auxiliado** “negligenciada”) e a auxiliação de temporalidade (formada pela relação entre o auxiliar “tem” no presente do indicativo e a expressão verbal “sido negligenciada”). A sobreauxiliação ocorre em dois momentos: primeiro, o locutor mobiliza a auxiliação que expressa o sentido de passividade; depois, agrega a essa estrutura um verbo auxiliar que expressa um tempo composto – pretérito perfeito do indicativo. Mediante o emprego desse tempo composto, o locutor expressa que sua

posição quanto à “violência doméstica ser desconsiderada enquanto um problema de saúde pública” não é algo novo, mas recorrente há algum tempo. A negligência quanto ao tratamento da violência doméstica como problema de saúde pública já ocorria no passado e persiste no presente. É importante reafirmar que, nessa perífrase verbal, o verbo “tem”, assim como acontece com outros verbos auxiliares, assume um sentido diferente daquele que possui se tomado isoladamente, no domínio semiótico. Mas, em vez de afirmarmos que esse verbo sofre um esvaziamento de sentido, preferimos argumentar que seu sentido foi atualizado no discurso. Destacamos também a função da diátese (voz passiva) nessa ocorrência: o locutor focaliza o fato negativo – negligência em relação à violência doméstica como problema de saúde pública – não os responsáveis por esse fato.

Outra locução verbal em que ocorre sobreauxiliação é “poderá ser resolvido” (linhas 17-18). Nesse caso, ocorre, primeiramente, a auxiliação de diátese: verbo “ser” + particípio do verbo principal “resolvido”. Em seguida, acontece a auxiliação de modalidade, formada pela junção do auxiliar “poderá” com “ser resolvido”. Essa locução expressa a modalidade de possibilidade deôntica, conforme Moura Neves (2000 e 2018). O locutor manifesta a ideia de que, na concepção das vítimas de violência doméstica, existe a possibilidade futura de que esse problema seja resolvido. É relevante também a diátese nessa sintagmatização, pois, novamente, não é atribuído a nenhum agente o papel de resolução do problema da violência doméstica, como se, na visão das vítimas, essa realidade pudesse ser modificada sem interferência de algum agente.

Na locução verbal “precisa ser considerado” (linhas 30-31), também se verifica uma sobreauxiliação. O locutor vale-se de uma auxiliação de diátese, formada pelo verbo “ser” + particípio do verbo principal “considerado”, e de uma auxiliação de modalidade, composta pelo auxiliar “precisa” mais “ser considerado”. Aqui, o enunciador busca levar o alocutário a engajar-se na causa de combate à violência doméstica, fazendo uso da modalidade de necessidade deôntica, impondo esse compromisso a toda a sociedade.

Outra sobreauxiliação ocorre na perífrase “exige ser encarada” (linha 43). Nessa ocorrência, o locutor também usa a voz passiva (verbo “ser” + particípio “encarada”), por meio da qual promove o sentido de que a ação de encarar a violência doméstica como questão de gênero, de justiça e de saúde pública não possui um agente específico, mas compete a todos. Com o uso da modalidade

deôntica, que aqui exprime obrigação, o locutor impõe essa atitude a toda a sociedade.

Na linha 11, a locução verbal “seja [pouco] abordado” é uma auxiliação de diátese, constituída pela junção do auxiliante “ser” com o particípio passado do verbo auxiliado “abordar”. Por meio dessa diátese, é posta em relevo a quase ausente abordagem da violência doméstica nas consultas médicas. Ao utilizar a diátese, o locutor parece centrar seu discurso na ação em si- (a violência doméstica não é um assunto abordado de forma recorrente nos atendimentos médicos).

Muitas vezes, quando um locutor constrói enunciados estruturados na voz passiva e nos quais não explicita o agente da passiva, ele põe em destaque a ação em si, promovendo o sentido de que não é importante quem realiza a ação ou que não quer comprometer-se com a indicação do agente responsável pela ação. Ao lermos o enunciado em que é empregada essa diátese, porém, podemos considerar que o locutor, embora não explicita o agente da passiva, não se exime da responsabilidade de apontar o agente, pois o adjunto adverbial “nas consultas médicas” (linha 11) deixa claro que se refere aos médicos. Sublinhamos que, na mesma frase, é apontada a causa de os médicos praticamente não abordarem o problema da violência doméstica com suas pacientes: a falta de conhecimento e de treinamento desses profissionais para intervir, de forma eficaz, —em casos de violência doméstica.——

A auxiliação de diátese também pode ser verificada nas perífrases “serão reveladas” e-e “se [forem] questionadas (linha 15) e “serem indicados” (linha 30). Na primeira ocorrência, analisamos que o uso da voz passiva tanto no que se refere à projeção de uma ideia consequente (*situações de violência serão reveladas*) como na condição imposta (*se forem questionadas*) está relacionado ao fato de que o interlocutor detém o conhecimento de quais são os agentes: as mulheres vítimas de violência doméstica e os profissionais da saúde, respectivamente. Além disso, são postos em relevo a revelação das situações de violência e o questionamento em relação a isso. Na segunda ocorrência, também se põe em destaque a indicação dos canais às eventuais vítimas, além de ficar claro, na frase, que essa ação compete aos profissionais da saúde.

A locução verbal “podem traduzir” (linha 14) apresenta verbo modalizador como auxiliante. O signo “podem” (no domínio semiótico) tem significado de “permissão”, “capacidade” ou “possibilidade”, mas, no momento em que o locutor

sintagmatiza, isto é, põe em relação duas palavras, o sentido obtido é singular naquela instância discursiva.- Na busca do sentido de possibilidade, o locutor recorre a um verbo auxiliar que indica possibilidade epistêmica. Por meio da locução verbal, ratificada pela locução adverbial “diversas vezes”, mostra que nem sempre sintomas inespecíficos são resultados de agressões, mas há a possibilidade de que o sejam. O mesmo acontece com a perífrase “pode ser” (linha 22). O enunciador recorre a um auxiliar modalizador epistêmico para indicar a possibilidade de a vítima de agressão expor seu problema ao profissional de saúde caso ele faça menção ao assunto durante o atendimento.

As locuções “deve ser” (linha 19), “devem estar” (linha 29), “[não] devemos oferecer” (linha 37) e “Precisamos transformar” (linha 47) enquadram-se na modalização deôntica que indica necessidade ou obrigatoriedade. Ao longo do seu discurso, o enunciador recorre várias vezes aos modalizadores deônticos, os quais promovem sentidos diversos.-

No emprego das locuções “deve ser” (linha 19), “devem estar” (linha 29) e “[não] devemos oferecer” (linha 37), o locutor manifesta um saber e obriga o interlocutor a aderir a seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Assim, temos um forte engajamento do enunciador, que impõe ao alocutário os seus argumentos – a conduta dos profissionais de saúde no atendimento às vítimas –, apresentando-os como incontestáveis. O recurso às modalidades deônticas permite ao locutor marcar seu status de autoridade em relação ao que afirma e exprime seu engajamento com relação ao que é dito.- Além disso, instala em seu discurso o alocutário, fazendo emergir a intersubjetividade, inerente a toda enunciação. O mesmo acontece com as perífrases [não] “podemos esperar” (linha 35), [não] “podemos esperar” (linha 15). Nas duas ocorrências, o enunciador ressalta a necessidade de não esperar a iniciativa de pedir ajuda por parte da vítima de agressão. Aqui, o discurso assume um tom imperativo, requerendo do alocutário um forte engajamento, além de o locutor manifestar a urgência de que algo seja feito em favor das vítimas de violência doméstica.

Na perífrase verbal “Precisamos transformar” (linha 47), o locutor também constrói uma modalização deôntica, com o emprego do verbo auxiliante “precisamos”. Mediante essa sintagmatização, o enunciador impõe a si e ao alocutário uma obrigação (ou dever moral): transformar a indignação passiva com os casos de feminicídio em escuta ativa das mulheres vítimas de violência doméstica.

A perífrase verbal “vêm acontecendo” (linha 21) é formada pelo verbo auxiliante “vir” no presente do indicativo associado ao verbo auxiliado no gerúndio (“acontecendo”). Podemos enquadrar essa perífrase na auxiliação de aspectualidade. Conforme Bechara (2004⁹), nessa locução, o auxiliar acurativo “vir”, juntamente com o verbo “acontecendo”, produz um sentido de desenvolvimento gradual de ação, manifestando um aspecto cursivo. Castilho (2010) denomina-o “imperfectivo cursivo” (p. 451), e Moura Neves (2000 e 2018) classifica essa perífrase como desenvolvimento do evento, enquadrando-a, como os demais autores citados, no aspecto cursivo. Assim, ao utilizar a locução “vêm acontecendo” (linha 21), o enunciador enfoca o fato – episódios de violência doméstica – em desenvolvimento ou em curso (aspecto cursivo), promovendo o sentido de que esse problema é recorrente há algum tempo. Se fosse empregado o verbo “acontecem” em lugar da locução, esse aspecto cursivo não seria posto em relevo, embora o presente do indicativo simples não indique somente ações ou eventos pontuais, simultâneos ao ato de enunciação, mas também ações que, além de coincidirem com a enunciação, extrapolam os limites da cena enunciativa (em retrospecto ou prospecção). A diferença entre “vêm acontecendo” e “acontecem” está no fato de que, com o uso da forma verbal perifrástica, o locutor focaliza justamente o desenvolvimento da ação, tomada não de forma estática, mas dinâmica: os episódios de violência contra a mulher se repetem no tempo, desde um passado não mensurado, prevalecendo no momento da enunciação.

A expressão verbal “paramos de conversar” (linha 41), constituída pelo verbo auxiliante “paramos” no presente do indicativo, em convivência com o verbo auxiliado “conversar” por meio da preposição “de”, expressa um aspecto cessativo ou terminativo, conforme Moura Neves (2000 e 2018). Ao proceder a esse arranjo sintagmático, o locutor indica que há uma mudança de estado: a “conversa com a vítima” passa da existência para a não existência. Isso acontece num marco temporal explicitado através da oração adverbial anteposta à principal: “Ao não entendermos quanto é difícil para alguém se afastar de um relacionamento violento”. Outro aspecto interessante avaliado é a ideia pressuposta que o locutor transmite ao alocutário: quando entendermos quanto é difícil para alguém sair de um relacionamento abusivo, não nos afastaremos da vítima.

Após a análise do segundo texto, observamos que o locutor emprega, de forma reiterada, perífrases verbais denotadoras de modalização deôntica em seu

discurso. Essa sintagmatização revela que busca agir fortemente sobre seu alocutário, impondo-lhe um dever fazer.

Passaremos, a seguir, às considerações finais acerca dos resultados do estudo realizados, em que avaliaremos as implicações decorrentes da jornada empreendida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de pensar nas implicações decorrentes de nosso estudo. Agora, é preciso olhar para trás e recuperar os rastros mais importantes que deixamos em cada etapa do percurso seguido neste trabalho. Estamos cientes da impossibilidade de esgotar o assunto, e não é essa nossa intenção, uma vez que a produção do conhecimento e a ciência se fazem na eterna busca, no movimento. Nosso objetivo aqui é relatar e avaliar o que nos dizem os resultados obtidos na análise de nosso objeto de estudo.

Como primeiro ato, retomaremos a pergunta norteadora desta pesquisa: Que sentidos são promovidos na sintagmatização empreendida pelo locutor ao fazer uso de perífrases verbais? Foi a partir dessa pergunta que formulamos nosso objetivo geral, os objetivos específicos e passamos ao desenvolvimento, de fato, da investigação. Nossa intenção foi analisar os arranjos sintagmáticos empreendidos pelo locutor no momento da enunciação, da língua em funcionamento, a fim de apreender os sentidos que advêm dessas sintagmatizações.

Pensamos que um estudo sobre as locuções verbais no uso da língua, em determinada instância enunciativa (eu-tu-ele-aqui-agora), vem contribuir para a qualificação do ensino de Língua Portuguesa na escola básica. Se o professor levar o aluno a refletir sobre os sentidos que advêm da sintagmatização verbo auxiliar + verbo principal, estará conjugando forma e sentido e, assim, poderá alcançar, mais facilmente, o objetivo de desenvolver a competência comunicativa. Outro fator que nos faz pensar que esta pesquisa se faz relevante para o ensino básico é a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A atual versão prevê o ensino dos modalizadores obrigatoriamente.

Apoiados em Benveniste, podemos afirmar que a enunciação é um acontecimento singular, pois cada ato enunciativo ocorre em uma instância de discurso única e irrepetível. É sempre intersubjetiva, uma vez que, quando o locutor se enuncia, ele projeta um alocutário em seu discurso. E é evanescente, ou seja, assim que é proferida, a enunciação se desfaz. Dessa forma, buscamos, em seu produto (o enunciado/texto), os rastros deixados pelo locutor por meio de índices específicos (dêiticos que remetem a *eu-tu-aqui-agora*) e de procedimentos acessórios (arranjos sintagmáticos). É mediante essas marcas que o locutor se

inscreve em seu discurso e permite que se apreenda a referência criada no momento da enunciação, ou seja, a maneira como são concebidos o “eu”, o “tu” e o “ele” (o mundo) através da perspectiva do locutor.

Outro postulado de Benveniste que é fundamental, quando se realiza uma análise linguística na perspectiva enunciativa, é o de que forma e sentido não podem ser divorciados e que é por meio de arranjos sintagmáticos que se promovem sentidos, no uso da língua. A análise enunciativa é, portanto, uma análise semântica de qualquer nível linguístico.

Resgatadas essas noções, a análise desenvolvida neste trabalho permite-nos tecer algumas considerações. Primeiramente, não podemos argumentar que as gramáticas tradicionais não contemplam o sentido, pois, na abordagem das perífrases verbais, constatamos que Bechara (2004~~0~~) apresenta diversos valores semânticos no que se refere à temporalidade, à aspectualidade e à modalidade. No entanto, numa análise linguística enunciativa, é preciso olhar para o texto (produto da enunciação), objeto de estudo que não é alcançado pela gramática tradicional.

-Nosso trabalho mostra que não há uma unanimidade na concepção do que seja “locução verbal” entre os linguistas e gramáticos, embora alguns apresentem critérios de auxiliaridade verbal. Mas procuramos deixar claro que uma análise da auxiliação verbal amparada pela Teoria da Enunciação de Benveniste deve considerar o sentido que o locutor visa a promover ao mobilizar determinados arranjos e, com base nessa perspectiva, observar se dois ou mais verbos formam uma unidade sintático-semântica.

Na sintagmatização empreendida pelo locutor quando forma locuções verbais, ratificamos a ideia de Benveniste de que o signo linguístico, quando se converte em palavra no domínio semântico (da língua-discurso), retém somente parte do significado que possuía como signo, no domínio semiótico. Isso quer dizer que o sentido das palavras atualiza-se no discurso, em sua relação com outras palavras. É essa semantização que se deve buscar, embora nunca se consiga capturar o sentido, em sua totalidade.

As análises evidenciam que as perífrases verbais representam um dos *procedimentos acessórios* (conforme Benveniste, 1989), por meio dos quais o locutor se inscreve em seu discurso, construindo, na relação intersubjetiva com o alocutário, uma referência, isto é, uma visão de mundo.

Nos dois artigos analisados, o locutor aponta para sua presença no discurso, usando, principalmente, a primeira pessoa do plural, mediante a qual também convoca o interlocutor a aderir a sua tese. Porém, mesmo quando faz uso da terceira pessoa (considerada não pessoa por Benveniste), observamos que o locutor não deixa de exprimir seu ponto de vista em relação ao que enuncia ao interlocutor, sua visão sobre o mundo. Isso mostra que a (inter)subjetividade emerge do uso da língua, mesmo que haja poucos índices específicos que marcam a presença do locutor no texto.

A análise das perífrases verbais que expressam diátese (voz passiva), principalmente no segundo texto, mostra que, mediante o uso dessa estrutura linguística, o locutor põe em relevo a ação ou o fato em si, não o agente, porque este é menos relevante ou porque já é referido anteriormente no texto. Também pode ocorrer essa omissão do agente da voz passiva, quando o enunciador não quer responsabilizar-se por determinada informação.

Quanto à modalização expressa por meio de relações de auxiliaridade verbal, constatamos, na análise dos dois textos (principalmente no segundo), que a modalização deôntica foi bastante utilizada. Com o uso dessa modalização, o locutor – atribuindo-se um status de autoridade – impõe uma necessidade ou uma obrigatoriedade (dever fazer) ao alocutário, buscando levá-lo a aderir à tese defendida.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir para o ensino de Língua Portuguesa na educação básica, no sentido de levar os professores ou futuros professores a refletirem sobre a necessidade de associar forma e sentido na análise linguística. Analisamos, neste trabalho, um tópico gramatical, o que evidencia que a gramática não pode ser concebida como um conjunto de regras e nomenclaturas, mas como combinações ou sintagmatizações possíveis, que geram sentidos na língua em funcionamento.

7 REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Semiologia da língua*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 43-67.

_____. *A linguagem e a experiência humana*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 68-80.

_____. *O aparelho formal da enunciação*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

_____. *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 93-104.

_____. *Estrutura das relações de auxiliaridade*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.181-198.

_____. *A forma e o sentido na linguagem*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 220-242.

_____. *Estrutura das relações de auxiliaridade*. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.181-198.

_____. *Os níveis da análise linguística*. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. São PauloCampinas: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São PauloPontes, 20051976. p. 127-140.

_____. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. São PauloCampinas: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São PauloPontes, 20051976., p. 247-259.

_____. *A natureza dos pronomes*. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. São PauloCampinas: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São PauloPontes, 20051976., p. 277-283.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. São PauloCampinas: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São PauloPontes, 20051976. p. 284-293.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2008.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

~~FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.~~

~~_____. *Enunciação e gramática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.~~

~~FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.~~

~~MELLO, Vera Helena Dentee de; FLORES, Valdir do Nascimento. *Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna*. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 45, jan./jun. 2009. p. 193-218. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cienciasletras/php/sumario.php?sum=4>~~

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A gramática revelada em textos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

~~VILELA, Mário; E-KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001—ACRESCENTAR!!! NÃO ACHEI A MINHA.~~